



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

ROMUALDO DELAI NETO

**REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA XV DE NOVEMBRO POPULARMENTE
CONHECIDA COMO PRAÇA DO VOVÔ NA CIDADE DE PALOTINA -
PR**

**CASCABEL
2017**

ROMUALDO DELAI NETO

**REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA XV DE NOVENBRO POPULARMENTE
CONHECIDA COMO PRAÇA DO VOVÔ NA CIDADE DE PALOTINA -
PR**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Projetual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Orientador: Prof. Mestre Celso Luís Pedrini

CASCADEL
2017

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

ROMUALDO DELAI NETO

**PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA XV DE NOVENBRO
POPULARMENTE CONHECIDA COMO PRAÇA DO VOVÔ NA CIDADE DE
PALOTINA - PR**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAG, como requisito básico para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do arquiteto professor Celso Luís Pedrini - mestre.

BANCA EXAMINADORA

Arquiteto Orientador
Faculdade Assis Gurgacz
Celso Luís Pedrini
Mestre

Arquiteto Avaliador
Faculdade Assis Gurgacz
Nome Completo
Titulação

Cascavel, 23 de maio de 2017

RESUMO

O constante crescimento das cidades e o aumento populacional, a busca por lazer e por qualidade de vida vem aumentando e ganhando espaço no cenário nacional. Os espaços públicos são considerados lugares privilegiados para o encontro impessoal e harmonioso de diferentes grupos e sujeitos, local que proporcione a livre circulação e reunião das pessoas, garantida pelas regras sociais bem aplicadas e respeitadas estão cada vez mais se tornando uma referência de ideia abstrata, quase romântica, que não corresponde com a realidade existente nas cidades contemporâneas. O projeto proposto é de uma praça que possa atender a essa demanda e carência do município, através de um projeto conceituado e pensado para suprir toda região, com uma arquitetura inovadora e sustentável. O projeto tem como principal foco, manter a sociedade em um ambiente acolhedor e harmonioso. A ideia em questão é realizar a solução equilibrada entre ter um local bem estruturado e agradável onde a sociedade automaticamente sentirá a necessidade de mantê-lo sempre limpo e bem organizado, assemelhando-o ao lar próprio. Assim sendo, a proposta procura passar aos visitantes, a conscientização em respeitar o ambiente e a natureza vinculado ao lazer e diversão. Para a criação do projeto, foi feito um resgate conceitual e prático através dos conceitos e conteúdos históricos, via pesquisa bibliográfica focada nos quatro pilares da arquitetura. No primeiro capítulo, são apresentados a justificativa do tema proposto, os métodos utilizados e os objetivos esperados, servindo para nortear o trabalho e dar rumo à pesquisa. No segundo capítulo, é abordada toda a revisão dos quatro pilares da arquitetura, focando sempre em temas relacionados; toda a revisão serviu como base para a produção de um projeto conceituado, funcional e eficaz. Cada ponto deste trabalho serve como base para um resultado eficaz, eficiente e de qualidade.

Palavras chave: Praça. Lazer. Arquitetura. Integração.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Praça Governador Celso Ramos na cidade de Florianópolis - SC antes da revitalização.....	45
Figura 2 - Vista da Praça Governador Celso Ramos após revitalização	45
Figura 3 - Vista da área de Playground infantil e Academia da Praça Governador Celso Ramos após revitalização	46
Figura 4 -Painéis de vidro que mostram os vestígios da antiga calçada colonial no centro da Praça Tiradentes	47
Figura 5 Circulação de veículos nas vias perimetrais à Praça Tiradentes, em Curitiba, Paraná	47
Figura 6 - Vista frontal da Praça Tiradentes na Cidade de Curitiba/PR.....	48
Figura 7 – Simulação de acesso ao Central Park em Nova York, previsão para 2030.....	49
Figura 8 - Vista aérea do Central Park em Nova York.....	49
Figura 9 – Delimitação territorial da cidade de Palotina – PR.	51
Figura 10 - Localização Espacial da Praça 15 de Novembro "Praça do Vovô" na cidade de Palotina - PR.....	52
Figura 11 – Mapa de orientação solar e ventos predominantes da Praça do Vovô	52
Figura 12 - Vista da área de caminhada da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô.....	54
Figura 13 - Vista interna da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô	54
Figura 14 - Vista interna da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô	55
Figura 15 - Vista lateral da calçada da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô.....	55
Figura 16 - Vista da aproximação da calçada com a Rua XV de Novembro da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô.....	56
Figura 17 - Vista da aproximação da calçada com a Rua XV de Novembro da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Funções de utilização para os espaços.....	38
Tabela 2 – Princípios e recomendações para qualidade espacial	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 ASSUNTO	15
1.2 TEMA.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA.....	16
1.4 PROBLEMA	17
1.5 HIPÓTESE.....	18
1.6 OBJETIVO GERAL	19
1.6.1 Objetivos Específicos	19
1.7 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO	19
2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS	21
2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS	21
2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETO.....	23
2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO	24
2.3.1 Os primeiros traços do urbanismo	24
2.3.2 Urbanismo e sua importância no desenvolvimento das cidades.....	25
2.3.3 O urbanismo como ferramenta do bem-estar do indivíduo	26
2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO	26
3.1 PARTIDO ARQUITETÔNICO.....	29
3.2 CONCEITO.....	30
3.3 ACESSIBILIDADE	31
3.4 SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA	33
3.5 ESTUDO DOS CONDICIONANTES.....	36
3.6 ESTUDO DE CONDICIONANTES: Topografia.....	39
3.7 ESTUDO DE CONDICIONANTES: Insolação – Ventilação.....	40
3.8 ESTUDO DE CONDICIONANTES: Entorno Imediato	42
4. CORRELATOS.....	44
4.1 PRAÇA GOVERNADOR CELSO RAMOS – Florianópolis/SC	44
4.2 PRAÇA TIRADENTES – Curitiba/PR.....	46
5 DIRETRIZES PROJETUAIS.....	50
5.1 DADOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE PALOTINA	50
5.2 LOCALIZAÇÃO	51
5.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES	53
5.4 DESCRITIVO DA SITUAÇÃO ATUAL	53
7 REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada ao Trabalho de Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG - Faculdade Assis Gurgacz – TC CAUFAG e se apresenta com o título “Revitalização da Praça do Vovô na cidade de Palotina - PR”. Inserindo-se na linha de pesquisa denominada “Intervenções na Paisagem Urbana – INPAI” do CAUFAG, que se remete aos estudos das propriedades do planejamento urbano, reunindo diversas dados históricos, socioeconômicos, socioculturais, conceituais e políticos. O trabalho desenvolveu-se no grupo de pesquisas intitulado “Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional” pela pertinência da pesquisa, vez que, nesse grupo, as temáticas englobam a cidade e seu planejamento, relacionando-se diretamente com a história das cidades, evolução do espaço urbano e dos grupos humanos inseridos nesse espaço.

Os espaços públicos são considerados lugares privilegiados para o encontro impessoal e harmonioso de diferentes grupos e sujeitos, local que proporcione a livre circulação e reunião das pessoas, garantida pelas regras sociais bem aplicadas e respeitadas estão cada vez mais se tornando uma referência de ideia abstrata, quase romântica, que não corresponde com a realidade existente nas cidades contemporâneas. Como efeito da nova realidade urbana, com o crescimento populacional, novas e crescentes necessidades da população urbana, ganha sentido na utilização e em novas procuras dos espaços públicos, a fim de proporcionar um espaço social e de lazer para a população em geral.

Fazendo parte do espaço urbano de uma cidade as praças, que são as áreas de lazer destinadas para o bem-estar da sociedade. A reforma e revitalização deste espaço público não só contribui para a construção de um espaço seguro de convivência e lazer bem como promove que estes espaços revitalizados sejam conservados e contribuem para a valorização do espaço utilizado pela sociedade além de ser uma opção para reabilitar espaços urbanos desgastados e degradados, promovendo desta maneira a preservação do meio ambiente, da segurança da população e revitalização da cidade.

1.1 ASSUNTO

O assunto tratado neste estudo está na área de Arquitetura e Urbanismo, o qual se pretende abordar além da revitalização de um espaço de lazer, estará trabalhando com o paisagismo, trazendo estrutura e oportunidades para que as pessoas do entorno da praça do vovô na cidade de Palotina.

1.2 TEMA

Esta pesquisa envolve sistemas municipais de planejamento, abordados na temática recomendada para a revitalização de um espaço público. A abordagem do tema considerou referenciais da Arquitetura e urbanismo, buscando o bem-estar da população que está em torno da Praça do Vovô na cidade de Palotina, pois a recuperação das áreas centrais de bairros, proporciona bem-estar, segurança para as pessoas que utilizam estes espaços públicos como área de lazer, de encontro, proporcionando desta forma um maior entrosamento dos moradores.

O tema abordado, dentro do assunto Arquitetura e Urbanismo está inserido no grupo de pesquisa Intervenções na Paisagem Urbana – INPAI, é sobre a Revitalização de praça Municipal na cidade de Palotina – PR.

1.3 JUSTIFICATIVA

Em uma cidade as Praças são locais públicos, que cercadas de prédios e casas, e que são normalmente ajardinadas, são espaços destinados, em sua maioria, para o lazer, beneficiando os moradores e valorizando espaços, desempenhando um papel importante na história da comunidade em que está inserida, no entanto vêm perdendo lugar como espaço de lazer da falta de manutenção, pela falta de segurança que elas oferecem, em que muitas vezes são abandonadas pelos órgãos públicos, afastando assim a população.

Mendonça (2004), ressalta que a cidade aparece como a construção humana que é somada ao suporte que a precede, a Natureza. Com a interação destes fatores podem ser produzidos ambientes com ótimas condições para o desenvolvimento da vida do cidadão, em razão de ambientes desagradáveis, que estão deteriorados e inúmeros problemas, em que uma significativa parcela da população é submetida, demonstrando uma constante necessidade de formas para equacioná-las.

Segundo Lamas (1993), a praça é definida como um local público intencional de permanência, para fins de encontro, de comércio e de circulação, bem como funciona como palco para diversos e importantes acontecimentos festivos, comemorações e manifestações, em que a Arquitetura assume um lugar de destaque. Meireles (2007), ressaltam que a praça é significativamente imprescindível na vida da sociedade e do cidadão, sendo descrita como um espaço livre de construções onde o terreno permeável e a estrutura verdade desempenham muitas vezes um oásis no meio urbano, definindo limites do traçado urbano.

A transformação de um espaço público, tem o poder de ressaltar seu potencial e atrai interesses, principalmente, do mercado imobiliário no seu entorno, configurando-se como grande oportunidade de revisão da forma pela qual o espaço urbano é construído, promovendo, assim, uma reflexão sobre propostas que se contrapõem ao atual modelo de desenvolvimento, que deprecia social, econômica e ambientalmente a cidade (ARAKI, 2010).

Este projeto busca manter a sociedade em um ambiente acolhedor e harmonioso. A ideia em questão é permitir uma solução equilibrada entre ter um local bem estruturado e agradável. Assim sendo, a proposta procura criar um ambiente em que se possa observar a importância do local e o respeito ao ambiente e a natureza vinculado ao lazer e diversão, desta forma sendo valorizado pelos cidadãos que a utilizam.

É de responsabilidade do poder público a revitalização de espaços públicos, criados com a finalidade de servir à população, e que tenham formas de proporcionar a estes cidadãos atividades de lazer. No entanto em virtude de sua incapacidade pelo fato de muitas vezes estarem depredadas e deterioradas, o Estado não consegue atender a população. A reestruturação dos ambientes públicos permite diversos benefícios às comunidades que frequentam esses espaços, mesmo que eles estejam deteriorados pelo tempo ou pela ação de vândalos. As praças públicas têm como objetivo serem um meio de convivência entre a comunidade, conferindo beleza e um sentido de organização para o bairro em que está.

Desta maneira, tais características levam a se pensar sobre quais são os conceitos de revitalização urbana, qual o motivo pelo qual a ideia patrimonial é deixada de lado pela administração, e ainda sobre a forma como a revitalização é executada nos pequenos municípios, muitas vezes sem um aconselhamento técnico sobre o planejamento das atividades a serem desenvolvidas nestes espaços, bem como a defesa do bem-estar da população.

1.4 PROBLEMA

Atualmente, a praça objeto do estudo se encontra em situações precárias o que delimita o uso da sociedade, no qual o lazer é desperdiçado, onde momentos únicos e rotineiros poderiam ser vivenciados pela população.

As praças assim como a grande maioria dos espaços públicos urbanos também são negligenciadas pelos gestores públicos. Ao percorrer estes espaços públicos é possível perceber que nas condições atuais não são as mais adequadas para a utilização da população, pois os mobiliários estão quebrados, enferrujados; com iluminação precária, as condições de acessibilidade são falhas e a falta de segurança para o usuário é subliminar.

Araki (2010), ressalta que os espaços públicos quando abandonados se transformam em áreas degradadas e desvalorizadas. Pois pelo fato destas áreas estarem abandonadas, ou subutilizadas, estes espaços acabam se transformando em lugares deteriorados com o tempo e se estagnam, desvalorizando a si e a seu entorno.

Como argumento para o abandono das praças os gestores podem dizer que as praças não são cuidadas pois a população já não as utiliza, porém, esta afirmação não pode ser feita para todos os casos. Mesmo diante do fato de que existe uma deficiência no uso dos espaços públicos na cidade, observa-se que muitas das praças urbanas são utilizadas como passagem, recanto para repousos e permanências breves, e ainda aquelas praças que são “adotadas” pelos moradores próximos e a transformam em conjunto em verdadeiras extensões de suas casas e jardins.

Ao formular o problema desta pesquisa, observa-se que a compreensão acerca da importância que os espaços públicos de lazer podem trazer para a população, estas praças poderiam ser melhor aproveitadas pela população com a revitalização do local, porém é dada pouca importância à manutenção do espaço público. Verifica-se uma carência de estudos, que apresentem uma análise das variáveis relativas à dinâmica de apropriação dos espaços públicos, ao ordenamento através da investigação das formas de apropriação feitas pela população local e que respondam o que influencia a percepção do potencial de atratividade e a intensidade de uso dos espaços públicos.

Desta forma acredita-se que a revitalização de espaços públicos possa proporcionar a comunidade que está ao seu entorno uma opção de lazer, de convivência com outras pessoas que não são do seu convívio rotineiro.

1.5 HIPÓTESE

Como a revitalização da praça do Vovô na cidade de Palotina-PR, será possível proporcionar o bem-estar da população? Quais são as modificações necessárias para ofertar lazer de qualidade para a população em geral sem distinção de idade? O espaço pode ser utilizado de forma multifuncional? Quais as medidas de acessibilidade são possíveis para uma praça degradada?

Desta forma, procura-se com a qualificação da Praça do Vovô, observar qual o intuito de melhorias ambientais e desenvolvimento urbano para que a população desfrute, proporcionando que o cenário vire um ponto de encontro agradável dos moradores do bairro e da cidade.

Com a reestruturação das vias, possibilita-se a construção de estabelecimentos suprirá necessidades básicas e diárias, como praças de alimentação até o interesse cultural, aumentando assim a economia local e o número populacional diário.

A hipótese a ser comprovada por meio deste estudo é que a intervenção em praças públicas pode promover a utilização sustentável destes espaços públicos, se a prática do projeto de intervenção está em consonância com os critérios sustentáveis definidos pela legislação e estes estão em equilíbrio com as três vertentes: ambiental, social e econômica.

1.6 OBJETIVO GERAL

Desenvolver uma proposta de projeto arquitetônico e paisagístico, que seja financeiramente viável ao município e ao mesmo tempo, à população que o atenderá. Proporcionando conforto, comodidade e principalmente o lazer, através dos fundamentos da sustentabilidade, da inclusão social, da preservação ambiental, situações inusitadas que possam ocorrer.

1.6.1 Objetivos Específicos

- Revisão bibliográfica;
- Fazer o levantamento do local;
- Montar um programa de necessidades adequado;
- Aplicar métodos paisagísticos e de conforto;
- Adicionar equipamentos os quais facilitará o cotidiano populacional;
- Projetar um ambiente apropriado a comunidade geral;

1.7 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O encaminhamento metodológico para elaboração deste trabalho se deu pelo caráter qualitativo e, em relação à sua natureza, sendo esta pesquisa podendo ser classificada como aplicada. Após a definição da metodologia a ser utilizada, a pesquisa foi classificada como pesquisa bibliográfica, de estudo de caso e de pesquisa de campo (MARCONI e LAKATOS, 2011).

As metodologias qualitativas estão habilitadas a integrar a questão do significado e da intenção como característico aos atos, vínculos, estruturas sociais, sendo estas englobadas como construções humanas significativas (MINAYO, 2007).

Segundo Boccato (2006) a pesquisa bibliográfica tem como finalidade a busca a resolução de um problema/hipótese, que ocorre através da utilização de referenciais teóricos publicados, que são analisando e discutindo as várias contribuições científicas. A pesquisa bibliográfica apresenta a vantagem de trazer elementos de estudos que facilitam o conhecimento sobre o assunto pesquisado, assim como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Para a organização deste trabalho foi dividido o trabalho em capítulos que ocorre da seguinte forma: no presente capítulo, é apresentada a introdução através da descrição do assunto, tema, problemática da pesquisa, justificativas, objetivo geral e objetivos específicos, marco teórico e metodologia utilizada.

O segundo capítulo busca a reunião teórica do tema com os fundamentos arquitetônicos, que embasam a formação do arquiteto e urbanista.

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS

Com o presente capítulo objetiva-se a integração da temática da pesquisa em visão holística com as teorias e os fundamentos que embasam a formação do arquiteto urbanista. Desta forma, foi realizado um resgate histórico das praças nas cidades e do urbanismo, desde sua formação até os dias atuais. Os quatro pilares que serão abordados são da História e Teorias, Metodologia de Projetos, Urbanismo e Planejamento Urbano e Tecnologias da Construção.

O levantamento bibliográfico deste trabalho apresenta toda a capacidade de transformação que a Arquitetura tem em modificar e melhorar a vida das pessoas, e de como a história apresentou as formas de viver das civilizações passadas. Com a globalização e a constante inovação tecnológica aliada a técnicas que possam satisfazer e proporcionar alegria através da utilização destas inovações, demonstrando toda a sua funcionalidade e capacidade de satisfazer o indivíduo. Com o estudo dos quatro pilares busca-se agregar qualidade no desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso, buscando a compreensão dos princípios da arquitetura para desta forma após o levantamento bibliográfico, elaborar um projeto com qualidade, beleza, funcionalidade e acima de tudo sustentável que possa garantir excelência na realização do mesmo.

2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS

Diante da enorme necessidade do ser humano em se comunicar e expressar-se diante de uma sociedade, que diretamente está ligada a esta necessidade a arquitetura com o objetivo de desenvolver das civilizações, surgiram novas demandas sociais, tais essas que utilizaram da arquitetura não só para o viés da proteção, mas como marco histórico, empregando-lhe detalhes estéticos que comunicam a passagem de uma época (TAVARES, LUCENA e LEITE, 2014).

Segundo Dias (2006), as cidades nasceram do partir do momento em que, com a prática da agricultura, manifestou-se a necessidade de uma concentração entre os homens, que primeiramente eram indivíduos nômades, sem um local específico para residir.

A recente história atesta que quando as nações europeias, há muito tempo imersas em uma perspectiva de cultura e civilização, e ainda treinavam a expansão de novas rotas comerciais durante o Expansionismo, desta maneira diversas comunidades foram reencontradas em estágios culturais perfeitamente ordenadas a era dos homens do período Paleolítico (PENIDO, 1998).

Segundo Dias (2009), o modelo de cidade ideal em uso no urbanismo contemporâneo desconsidera o antigo modelo de cidade, e é apaixonado pela que é moderno, entretanto, ao estruturar o espaço urbano, a cidade tornou-se forte fisicamente, no entanto psicologicamente fraca. A partir da década de 80 a conceptualização de cidade espetáculo nasceu, acabando-se no tempo a cultura local, modificando a cidade em algo que pudesse ser comercializado, perdendo sua identidade, tornando-se apenas um coadjuvante dentro do seu próprio espaço.

Na arquitetura, a identidade está ligada às questões estéticas, que dependem da vida, da prática cotidiana, integrando-se à paisagem e ao seu entorno. Quando se consegue descrever um edifício verbalmente ou quando ele serve de referência para uma localização, é possuidor de identidade (TAVARES, LUCENA e LEITE, 2014).

Novak (2009) ressalta que o termo “urbanismo” compreende as cidades, sendo possível presumir que o tema é objeto de atenção teórica desde o nascimento das primeiras cidades de tal forma como em termos pós-medievais.

A ágora grega, é descrito na literatura como o espaço urbano precursor das praças, era um local aberto, normalmente circulado por um mercado, era um local que havia a prática da democracia direta, sendo este um local utilizado para discussão e debate entre os cidadãos (MACEDO e ROBBA, 2002).

Por volta do século XVIII o projeto de praças se limitava ao entorno dos palácios europeus, que normalmente não estavam inseridos no contexto urbano da região. Os espaços livres disponíveis nas cidades eram evidenciados pelas reuniões de indivíduos que em geral, ligados à existência de comércio ou ainda envolta de igrejas e catedrais. No século XIX, que o desenho de praças foi evidenciado, propagado pelo trabalho de profissionais como Frederick Law Olmsted (projetou o Central Park de Nova Iorque) (VIERO, 2009).

Santos (1997) ressalta que as praças são uma forma de paisagem. No entanto a paisagem que com o decorrer do tempo é transformada pela natureza humana, ou ainda esquecida por ela. O autor salienta que paisagem e espaço são sinônimos distintos, observa-se que a paisagem é um conjunto de formas que, demonstram heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza, já se conceitua o espaço como as formas que a vida anima.

Adiciona-se as definições de praça a praça lúdica, que é aquela destinada à concentração de pessoas direcionadas ao lazer, a diversão, a cultura; a zona de passagem, a praça lúdica existe apenas enquanto espaço público na malha urbana, normalmente em locais com maior passagem de transeuntes em direção ao seu destino final, sendo esta uma zona de passagem; em áreas urbanas normalmente a praça está localizada em uma zona temporal, sendo utilizada como terminal para o transporte coletivo da cidade. (SILVA PINTO, 2003)

2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETO

Em todas as atividades de criação com cunho artístico, bem como na arquitetura, a percepção clara começa pela descrição, que se fundamenta no saber ver. Desta maneira deve-se considerar alguns passos para as metodologias de criação. Como o primeiro passo para a compreender uma obra é sua leitura, em seguida sua vivência, da sua releitura, de nova vivência, e assim sucessivamente até atingir o nível pretendido de compreensão. Destaca-se como segundo passo o compartilhamento dessa compreensão com os demais, através da comunicação feita de maneira adequada, digna, correta, precisa e apaixonada, não sendo tendenciosa. Finalizando o terceiro passo demonstrar paciência para esperar que os demais possam aproveitar algo deste aprendizado, se assim quiserem (KLIASS, 2006).

Gurgel (2005), ressalta que o primeiro passo ao iniciar qualquer projeto, deve ser o de conhecer as providências legais que precisam ser tomadas, conhecendo as leis que são vigentes e diferentes em cada município através do Código de Obras. É fundamental que se analise também as normas Brasileiras (NBRs), que ditam normas válidas para todo o Brasil.

Segundo menciona Gatti (2013) um dos primeiros passos para um levantamento dos problemas e potencialidades de uma área é o mapeamento dos pontos de interesse. A elaboração deste mapeamento permitirá identificar o entorno da região estudada, levando ao profissional conhecer as áreas verdes, os equipamentos públicos, comercio e serviços disponíveis, e qual a demanda gerada pela região por investimentos em novos espaços públicos ou a readequação dos locais já existentes, considerando assim a finalidade destes espaços, os moradores e a quantidade de pessoas e veículos que circulam pela região.

Na concepção da arquitetura deve ser observada o propósito de organização e orientação plasticamente do espaço, a obra deve ser caracterizada em função de uma determinada época, com o meio no qual está inserida, em detrimento a técnica utilizada, de um determinado programa e da finalidade da obra. A concepção de um projeto consiste, deve considerar então os diferentes aspectos que o compõem: sociais, ambientais, tecnológicos, funcionais e estéticos (LEMOS, 1979).

Maciel (2003) ressalta que, do ponto de vista conceitual, deve-se compreender e interpretar o lugar que se destina o projeto para então elaborar o espaço arquitetônico, observando a medida em que tem o potencial de induzir modos diferenciados de ordenação da construção e das relações de utilização da mesma.

Após o mapeamento e levantamento dos principais pontos de interesse, a descrição completa dos tipos de problemas e potencialidades de uma cidade ou área específica permitirá

a idealizar as relações entre a real utilização dos espaços existentes da cidade e a qualidade do espaço urbano. Desta forma, essa relação proporcionará identificar novas possibilidades de projetos, fundamentadas no cotidiano em que está inserido e que necessite de uma infraestrutura adequada, ou até mesmo na readequação e revitalização de áreas de conflito. É fundamental então a elaboração deste mapeamento dos problemas e potencialidades de uma ampla área, pois permitirá ainda que sejam levantadas quais são as prioridades de investimento público com base na relevância do problema identificado e nas demandas existentes (GATTI, 2013).

Segundo Maciel (2003) a observação da geografia, da topografia, geometria e a conformação geológica do terreno, bem como a paisagem física e cultural, a estrutura urbana, o sol, os ventos, a quantidade de chuvas e principalmente a legislação para utilização e ocupação do solo são dados de fundamental importância que são obtidos através de uma análise rigorosa do local. Esses aspectos analisados são funcionais para o arquiteto conhecer bem o local, proporcionando conhecer todas as implicações de cada um nas relações de uso e no processo de construção sob o ponto de vista técnico bem como do conceitual.

Com a finalidade de medir a qualidade do espaço urbano a porcentagem de áreas verdes existentes em uma cidade ou bairro, são eficientes em apresentar os dados para possíveis implantações de parques e praças, sem desperdiçar áreas com sobras de planejamento urbano como canteiros, rotatórias, locais esses em que o simples plantio de espécies arbóreas e forrações podem revitalizar uma área degradada. Em locais com a ausência de áreas destinadas a criação de novos espaços verdes, a elaboração de um programa de arborização urbana tende a oferecer e muito para a melhoria do conforto térmico, proporcionando uma melhoria tanto da paisagem quanto da qualidade de vida nestas regiões (GATTI, 2013).

Conforme descreve Shebalj e Kruger (2017), garantir a acessibilidade de todas as pessoas é garantir o acesso a qualquer lugar, sendo este um direito que todo cidadão tem de ir e vir. Quaisquer indivíduos têm direito de utilizar o espaço urbano e, dessa forma, seja qual for o projeto de arquitetura, público ou privado, deve ser acessível para todos.

2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

2.3.1 Os primeiros traços do urbanismo

A população da Europa no período de 1800 a 1914, passava de 180 milhões para 460 milhões de pessoas, sem mencionar um contingente de aproximadamente outros 100 milhões de pessoas, que emigraram para as Américas. Com a concentração de população triplicado,

aconteceu a concentração da população em aglomerações a serviço das indústrias, desta forma se deu o fenômeno da urbanização com a criação de novas cidades e modificando as que já existiam. Em consequência a esta explosão populacional, uma realidade emergiu, os problemas urbanos são de tal monta que surgem propostas e justificativas para projetos e ações procurando resolvê-los (ABIKO, ALMEIRA e BARREIROS, 1995).

No início do século XX o urbanismo nasceu com o objetivo de solucionar problemas urbanos graves, pois através de projetos de saneamento com a finalidade de combater as epidemias, projetos de drenagem para terrenos paludosos, desta forma, viabilizando a mobilidade humana, proporcionando melhoras para a cidade por meio do ajardinamento, do embelezamento e da arrumação dos espaços urbanos que surgidos com o crescimento desordenado das cidades, causado pela forte expansão industrial (CHOAY, 2013).

GOITIA (1992) ressalta que o desenvolvimento das cidades e das formas de vida urbana é a melhor consequência que caracteriza a civilização contemporânea. O autor observa que a cidade não é um feito recente, é consequência de um processo histórico. Com o passar deste século e do passado notou-se um grande aumento da migração da população rural para as cidades, o que caracterizou o êxodo rural, com o aumento vertiginoso da população urbana.

2.3.2 Urbanismo e sua importância no desenvolvimento das cidades

Conforme descreve Bondaruk (2007), o espaço urbano das cidades brasileiras, sejam públicos ou privados, por diversas vezes demonstra características que facilitam ou induzem a prática de delitos. Desta maneira o autor ressalta que o fortalecimento da economia local é fator indispensável para os efeitos imediatos da prevenção do crime, pois é por meio da arquitetura ambiental que essa mudança pode ocorrer. A mudança desta realidade começa através de um trabalho de alteração do ambiente urbano das cidades, proporcionando uma melhor preparação para evitar a ocorrência da desordem, dos pequenos e grandes delitos, do crime e do medo do crime.

Segundo Lerner (2011) é longo e demorando o processo do planejamento urbano, o autor salienta que por melhor que sejam suas transformações e mudanças, o tempo utilizado para criar resultados positivos é grande. Transformações positivas que trazem sucesso para as cidades são originadas do processo de mudança que elas sofreram, desta maneira acontece um novo recomeço a cidade. Muitas vezes, algumas pequenas transformações quando somadas a outras tendem a melhorar a cidade.

Nos tempos atuais a questão do desenvolvimento dos municípios deve anteceder ao planejamento urbano apropriado propenso a complementar as novas demandas sociais. O gerenciamento das cidades também é assunto muito discutido, a norma urbanística precisa necessariamente considerar as necessidades dos indivíduos na vida das cidades para assim se obter resultados com a edição de leis dessa natureza (PINTO, 2011).

2.3.3 O urbanismo como ferramenta do bem-estar do individuo

A dinâmica da cidade se fundamenta em um campo em que todas as ações humanas convergem, estabelecendo uma rede em que as lutas e as expectativas de cada indivíduo ou grupo se sobrepõem de formas, às vezes, difíceis de serem separadas. Assim, seu planejamento deve ser no sentido de estruturá-la para promover a igualdade na ocupação dos espaços; potencializando a prosperidade; minimizar os riscos; estabelecer redes de comunicação e garantir a participação social e coletiva em defesa do bem comum e desenvolvimento da governança local. O Planejamento urbano deve ter como meta a qualidade de vida (SPERANDIO, 2012).

Segundo ressalta Dias (2002), é direito de todos os indivíduos que a cidade atenda às suas funções sociais, sendo este o objetivo de toda a Federação, no entanto cabe ao Município a dura tarefa de buscar concretizar na esfera municipal a igualdade de todos, com justiça social, pois ao se mencionar o desenvolvimento urbano fala-se utopicamente de um ambiente em que as desigualdades sociais sejam mínimas e os cidadãos possam ser tratados sem qualquer tipo de distinção.

Oliveira (2016) afirma que para conquistar bem-estar social é necessário buscar cidades mais sustentáveis, valorizando o meio habitacional, preservando o meio ambiente, projetar e planejar pensando no todo e não somente em um edifício ou ambiente, garantindo, assim, o futuro das próximas gerações. Segundo ele, é preciso pensar em quatro pontos no planejamento: habitar, trabalhar, recrear e circular. A partir do momento que se consegue desenvolver todos esses pontos com qualidade, será então alcançado o pretendido bem-estar social.

2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

No Brasil a construção civil, no Brasil demonstrou significativas mudanças com as evoluções tecnológicas atuais. Com um mercado globalizado e cada vez mais exigente e competitivo procura obstinadamente pela excelência em qualidade e rapidez no desenvolvimento dos projetos e das construções. Já as empresas procuram por economia na

obra objetivando a viabilização dos seus empreendimentos (DELATORRE; TORRESCASANA, 2010).

Diversos são os materiais utilizados há anos na construção civil da mesma forma, destes destacam-se o concreto, e outros que evoluem constantemente. E a evolução dos materiais de construção é um processo antigo e constante que acontece desde os primórdios dos povos, os quais utilizavam os materiais assim como os encontravam na natureza, sem nenhum tipo de transformação. A constante evolução do homem levou ao surgimento de novas necessidades que trouxeram a transformação desses materiais de uma forma simples, com o objetivo de facilitar a utilização e a criação de novos materiais a partir deles (HAGEMANN, 2011).

Malard (2003) ressalta que a arquitetura tem, inegavelmente, uma dimensão simbólica que fala à nossa sensibilidade. Por isso ela também é arte e, como tal, se manifesta visualmente. Mas a arquitetura não é só arte. Ela tem uma dimensão utilitária e um valor de troca. Além disso, ela demanda técnica para se corporificar e por isso a dimensão tecnológica lhe é imprescindível. Podemos dizer que o objeto arquitetônico é fruído na sua dimensão artística, usufruído na sua dimensão utilitária e construído na sua dimensão tecnológica. E essas três dimensões se constituem no decorrer do processo social, como a história nos ensina. A forma arquitetônica é, portanto, mediadora das relações sociais e só pode ser compreendida nessa relação

Quando se fala de estrutura o que remete a mente é algo que sustenta, seja nas mais diversas áreas do conhecimento: estrutura musical, estrutura urbana, estrutura de uma empresa ou estabelecimento, a estrutura do corpo humano, entre outras, por mais ampla que seja a palavra “estrutura” o seu conceito se relaciona com a organização das partes ou elementos desta estrutura e está presente no nosso cotidiano, ou seja, na natureza, nas pessoas, objetos, ideais, nas construções (LOPES, 2006).

Segundo Beltrame (2013), na execução das edificações, estas consomem aproximadamente 34% do fornecimento mundial de água, com 66% de toda a madeira extraída no mundo, e sua operação consome mais de 40% de toda a energia produzida no mundo.

Diversos são os materiais utilizados na construção civil, e são descritos como substâncias com diversas propriedades, que podem ser utilizadas direta ou indiretamente para inúmeros fins dentro de uma obra. Os metais, cerâmicas, polímeros, semicondutores, vidros, fibras, madeira, areia, pedra e vários outros compósitos que são utilizados na construção tem sua produção e processamento objetivando a produção de produtos acabados que geram grande porcentagem de empregos e grande parcela do produto interno bruto de um país (CAIADO, 2014).

Conforme descreve Ripper (1995), para executar uma obra economicamente viável, é necessário e fundamental que todos os colaboradores do canteiro de obras até o engenheiro, possuam o conhecimento adequado dos materiais utilizados, para que utilizem de forma racional e sustentável, sem desperdícios, de acordo com todas as recomendações e técnicas de utilização e aplicação adequada de cada material.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados a fundamentação bibliográfica sobre o partido arquitetônico, os conceitos, a acessibilidade, a sustentabilidade na arquitetura, o estudo dos condicionantes como topografia, insolação e o entorno imediato.

3.1 PARTIDO ARQUITETÔNICO

A busca por soluções que sejam eficazes para um projeto consiste no ato de relacionar a produção arquitetônica com necessidade de soluções originais ou inéditas, constituindo-se assim uma abordagem muito presente no cotidiano do Arquiteto e Urbanista, que está enraizado no sistema de ensino BauHarvard (MAHFUZ, 2013).

Desde a etapa inicial de um projeto, é trabalhado tanto em concursos de arquitetura quanto em trabalhos finais de graduação, o projetista está buscando nos conceitos uma relação que possa unificar suas ideias a concepção formal através de desenhos e representações. Sendo essa etapa inicial chamada de partido arquitetônico, definida como uma descrição dos traços elementares da proposta desenvolvida em linguagem apropriada (HEIDRICH; DOMINGUEZ, 2013).

Conforme ressalta Neves (2011) ao idealizar um projeto, este requer que o profissional faça ao menos, dois procedimentos: a escolha de uma ideia que servirá de base ao projeto da obra do tema proposto; e outro em que tal ideia é desenvolvida para resultar no projeto. Desta maneira, conforme relata o autor, após o primeiro procedimento através da escolha da ideia, este irá resultar no partido, a concepção inicial do projeto, constituindo-se de certa maneira no sentido prático do planejamento arquitetônico, através da representação gráfica dessa ideia preliminar.

O partido arquitetônico é criado a partir da intenção inicial do arquiteto em resumir todos os condicionantes internos e externos do problema de projeto, constituindo-se de uma representação da possível abordagem para sua proposta. Ressalta-se ainda que esta etapa é a representação que uma edificação possa vir a existir, as notações gráficas da concepção demonstrarão as ideias sobre um projeto real. Esta é uma das maneiras mais antigas de externar de forma prática o pensamento arquitetônico (LASSANCE e FILHO, 2008).

Silva (2006), ressalta que o partido arquitetônico é uma descrição, em linguagem adequada, dos traços elementares da proposta desenvolvida. O autor, observa que “o partido arquitetônico não é a representação esquemática da concepção, mas sim o conceito

representado” que irá permitir a análise das decisões formais e conceituais que o projetista irá tomar (SILVA, 2006, p.100).

O partido configura-se então como uma proposta que prevê relações de espaço e programa, de forma a iniciar dos problemas primários e possibilidades projetuais. Sendo caracterizado como uma figura inicial do objeto que o projetista irá definir como seu “ponto de partida” ou “fio condutor” para a elaboração do projeto. É o *parti*, herdado da *Beux Arts* (OLIVEIRA, 2009). Silva (1998), salienta que é feito uma relação dos elementos que serão considerados na hora de formular e conceber uma proposta para o partido, como: programa arquitetônico; dimensões, área construída e configuração do volume; características do lote, considerando a topografia, vegetação e conformação; restrições impostas pela legislação; recursos disponíveis; e outros condicionantes significativos específicos de cada caso.

Sendo assim, nota-se que o partido não nasce como algo pronto, do qual o arquiteto escolhe uma opção, este deve ser construído iniciando-se com uma tomada de decisão de acordo com as relações arquitetônicas do programa adotado, aspectos do local de implantação e sistema de movimentação no próprio projeto. Em outras palavras é a consumação da construção de um emaranhado complexo de relações entre elementos que mantém sua individualidade, e que são, ao mesmo tempo, parte de uma matriz ordenadora que garante sua coesão.” (OLIVEIRA, 2010)

3.2 CONCEITO

Para que se possa realmente conhecer as implicações para a qualidade no estudo do programa e projeto de é elaborado a conceituação sobre a qualidade arquitetônica da habitação, iniciando pelo princípio do partido arquitetônico da habitação, logo após desenvolve-se a respeito dos conceitos de qualidade geral e aplicados a edificação, indicando assim quais são os seus métodos e níveis qualitativos, adicionando-se ainda o tema sobre a satisfação da edificação (KENCHIAN, 2011).

O entendimento de um conceito que integre como um elemento indutor do processo de projeto é um modo habitual compreendido como algo externo a essas premissas, uma ficção, analogia, metáfora ou discurso filosófico que, deverá ser o ponto de partida, proporcionando assim relevância ao projeto e ligando todos os condicionantes de um projeto em uma forma significativa e eficiente. A utilização desta estratégia irá reduzir a importância de dados existentes do problema e valorizando assim diversos elementos que em princípio sequer existem como premissas necessárias para a realização da arquitetura. Em função da ausência de um grande padrão ideal legitimador das ações do arquiteto, já diagnosticada desde a emergência do

pensamento pós-moderno, a constante busca de criações legitimadoras isoladas como algo que garanta qualidade à arquitetura é uma constante e usual estratégia tanto entre arquitetos que ocupam posições dominantes no cenário internacional como na produção local, prática e acadêmica (MACIEL, 2003).

3.3 ACESSIBILIDADE

A ABNT (2004), define acessibilidade como a possibilidade e condição de obtenção, compreensão e discernimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário equipamento urbano e elementos por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Saad (2011) ressalta que a acessibilidade é fundamentalmente um direito de todo e qualquer cidadão da utilização e acesso aos espaços públicos, as edificações, mobiliários urbanos, produtos de usos diversos, meios de transporte e ao sistema de sinalização. No entanto, nem sempre se faz presente no cotidiano da acessibilidade (condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida) nos lugares citados anteriormente.

É um direito fundamental das pessoas com algum tipo de restrição de locomoção a circulação pela cidade é um direito fundamental. A equiparação dos equipamentos para garantir o acesso à educação, trabalho, lazer ou qualquer outra atividade é fundamental para que estas pessoas possam reconhecidas como cidadãos (BOARETO, 2005).

Saad (2011) ressalta as vantagens que a garantia da acessibilidade traz para todos os cidadãos, para a comunidade e para o Estado, pois ela proporciona o exercício pleno de cidadania, através de uma participação ativa nos diversos domínios de atividades da sociedade. Assegurando desta maneira a um maior número de cidadãos a possibilidade de serem efetivamente integrados em sua comunidade, com igualdade de direitos e oportunidades. Contribuindo assim para que os espaços e serviços ofereçam condições de segurança e conforto, garantindo então que a acessibilidade proporcione, através de menores encargos, uma vida mais autônoma e independente a todos os cidadãos.

É a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT que estabelece os critérios técnicos que devem ser considerados no momento do desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos, em edifícios de uso público, instalações e adaptações de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade (ABNT, 2004).

Bittencourt (2001) ressalta que dentre as barreiras de acessibilidade, as barreiras sociais e arquitetônicas, são as que segregam estes indivíduos, restringindo então o exercício de sua cidadania, e os privando de uma vida mais participativa na sociedade. Desta maneira ocorre a exclusão do portador de necessidades especiais do convívio social, e perpetuando um círculo vicioso, gerando então o desconhecimento e a desinformação, levando ao preconceito, que por sua vez leva novamente a exclusão.

Nas cidades brasileiras, observa-se que mesmo com normas técnicas a serem seguidas na elaboração de um projeto, estas normas nem sempre são seguidas e seus espaços não são acessíveis a todas as pessoas que lá vivem. As cidades em sua maioria são projetadas para uma população jovem, que não tenha nenhuma dificuldade de locomoção ou mobilidade reduzida. Comumente é encontrado em diversas cidades calçadas irregulares ou ainda com buracos, praças com barreiras físicas e técnicas, sem mencionar a dificuldade de acesso a bancos, farmácias, supermercados, hospitais e áreas de lazer (PRADO, 2003). A preocupação com a população idosa é particularmente importante, pois, uma vez que o planejamento do ambiente construído e a acessibilidade urbana são temas emergentes relacionados ao estudo da velhice e do envelhecimento, poucas são as investigações publicadas sobre este tema. A tarefa de elaborar projetos que privilegiem ambientes com acessibilidade para usuários idosos ainda é tratada de forma bastante superficial, pois em sua grande maioria as suas necessidades são quase sempre comparadas e reduzidas às necessidades das pessoas com deficiência. Resultando desta forma inúmeras dificuldades e perigos que são encontrados nos ambientes urbanos onde os idosos circulam (BRASIL, 2005).

Os parâmetros para a adequação dos espaços urbanos no Brasil são estabelecidos pela norma NBR 9050/2004, que além da concepção de desenho universal que tem sido implantada nas discussões sobre acessibilidade. Entretanto, algumas das grandes dificuldades de se aplicar esse conceito, nos dias de hoje, é o desconhecimento técnico sobre o tema (ABNT, 2004).

Disponibilizada para a sociedade em 1985, a NBR 9050, norma técnica referente à acessibilidade nas edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, sofreu duas revisões, a primeira no ano de 1994 e a outra em 2004. Em seus conceitos a NBR 9050, apresenta em sua constituição um instrumento de orientação técnica de profissionais, tais como engenheiros civis e arquitetos, a fim de proporcionar que estes tenham um objeto de pesquisa para elaborarem e executarem projetos que abrangem a acessibilidade universal nos espaços urbanos. (ABNT, 2004).

Segundo Vasconcellos (2011), mesmo que exista a necessidade incontestável de observância das especificações técnicas das normas de acessibilidade, a efetiva execução da

acessibilidade no ambiente está sobrepõem-se a mera aplicação dos parâmetros normativos. Em suma as normas representam uma conquista e um esforço no sentido de propor a igualdade dos padrões mínimos para um universo de possibilidades e de necessidades de uma sociedade que mesmo que tardiamente começa a pensar em promoção da inclusão espacial das pessoas que formam o real grupo de usuários do espaço. No entanto, e sob um diferente ponto de vista, as normas apresentam a situação de referência que, muitas vezes, torna-se inviável a sua aplicação, não atingindo seus objetivos na sua integralidade no ambiente da cidade consolidada em algumas situações.

Para Fernandes (2000), a fundamentação do urbanismo, tido como ciência de desenhar as cidades e a arte de construí-las, é uma ferramenta importante da política pública quando direcionada para desenvolvimento dos projetos e ações que são fundamentadas nesses princípios. O autor, ressalta ainda que para um correto planejamento urbano deve-se considerar a necessidade do cidadão tem de circular ou se deslocar pela cidade e que pode estar condicionada ao desejo de realizar atividades socioculturais, políticas e econômicas, que embora sejam elementos intrínsecos ao sujeito, são necessárias ao desenvolvimento da sociedade.

Dentro dos princípios do Urbanismo, segundo Lacaze (2001), este precisa sob várias dimensões ser estudado, considerando sempre o espaço, o homem e o tempo. Diversos são métodos para compreendê-lo, incluindo-se, dentre estes, o que o vê como um ato de poder. Concomitantemente, observam-se diversas condicionantes que se fundem junto a ele, num processo dinâmico em que cabe a adequação do desenho urbano às necessidades e características do presente. Sendo assim, possível entender que o urbanismo acompanha, de uma maneira também ideológica, os acontecimentos de cada época. Toda a formação, estruturação e crescimento de uma cidade está diretamente relacionada com o sistema econômico e a conjuntura política vigente nela, no seu estado ou país, ou seja, a cidade é o reflexo da conformação espacial que determinada cidade tem, em cada período da história.

3.4 SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA

Conforme observa Costa e Colesanti (2011), na classificação das áreas verdes são empregados muitos conceitos. No entanto, observa-se que a falta de um consenso entre eles pode estar relacionada ao fato de a vegetação ser tratada sob diferentes olhares, seja entre as ciências como Geografia, Agronomia, Arquitetura, Engenharia Florestal, entre outras. Rocha e Sattler (2011) salienta que na arquitetura é usual “enxergar” o espaço com o mero pano de

fundo ou ainda como apenas um vazio entre os edifícios, considerando a configuração urbana da cidade e seus elementos (casa, edifícios, ruas, praças, etc.), sendo assim, a parte física, desconsiderando o espaço como um gerador dos lugares e suporte das atividades sociais. Relegado por muitos profissionais que dedicam às obras físicas e palpáveis e vem apenas o espaço como o principal articulador. Tais pensamentos podem ser a origem de problemas insustentáveis nas cidades.

A inclusão de um programa de educação ambiental além de permitir diversas transformações psicossociais, podem ainda desencadear comportamento ambientais cada vez mais sustentáveis. Para que isso aconteça é necessário se considerar os inúmeros aspectos psicossociais dos universitários durante o processo de formação, pois estes estão relacionados com as vivências cognitivas, sociais, afetivas, bem como aos valores e significados que são estabelecidos culturalmente (SILVA, HUGUCHI e FARIAS, 2015)

Os princípios da arquitetura e o urbanismo, que tem como principal objetivo a criação e organização do espaço humano, como forma de comportar suas atividades segundo imperativos de ordem funcional, técnica e estética, exercendo um importante papel neste contexto, pois foram destas posturas as quais deram origem aos muitos problemas ambientais urbanos, principalmente em razão às práticas de construção e aplicação de determinadas tecnologias e materiais. Na atualidade, as cidades possuem populações que desejam o progresso material e do conforto que é proporcionado pela industrialização e utilização da energia. No entanto, grande parte deste desenvolvimento também criou poluição, enchentes, congestionamentos, insuficiência ou precariedade de serviços básicos, miséria e violência; que causaram diversos problemas, prejudicando principalmente o nível da qualidade de vida nas cidades de todo o mundo e colocam em risco a própria sobrevivência (CASTELNOU, 2006).

Silva e Vargas (2010) observam que um dos fatores que mais vem preocupando os gestores ambientais, urbanistas e arquitetos, dentre outros, está a superação de problemas ambientais gerados pelo acelerado processo de urbanização.

Rattner (2009) ressalta que em função dos modelos obsoletos e irracionais da ocupação do espaço, quase que em todas as sociedades é enfrentado um grande e infinito número de crise urbana, principalmente nas grandes aglomerações urbanas, em que ocorrem uma maior acumulação das riquezas, bem como uma má distribuição dos benefícios sociais que gera um aumento dos conflitos e contradições, uma rápida e intensa industrialização, concentrando a população nas áreas urbanas tem transformado as cidades em lugar oposto a sua proposta, que é ser um lugar para viver bem.

Diversos são os fatores que envolvem o tema da sustentabilidade urbana como um conjunto de aspectos que são dinâmicos e que afeta de maneira diferente e em dimensões variadas cada população, bem como as cidades que são constituídas de formações humanas que são feitas de uma história, especificidades, potencialidades e diversas características locais que fazem parte da sua morfologia e identidade, a sustentabilidade e que deve ser tratada como uma temática personalizada, pois esta gera contradições, que constituído de valores, emoção, percepção, sensibilidade, ética e que, seu entendimento está relacionado ao processo de evolução de cada sociedade, bem como, apresenta suas inúmeras características próprias em cada território urbano específico, o que solicita um olhar sempre atento para toda a problemática urbana que ocorreu ao longo da história. (MARTINS e CANDIDO, 2013).

Silva (2003), observa que o espaço urbano é constituído de uma enorme variedade de utilizações, entre eles habitacionais, comerciais, industriais, recreativos e outros. Mesmo com um número infinito de benefícios ambientais e sociais, os espaços verdes não tem sido um uso prioritário no espaço urbano. Nota-se que a escolha por um tipo de uso é dependente de aspectos como: prioridades de políticas de zoneamento urbano, especulação imobiliária, ações pontuais de atores urbanos, entre outros.

Fundamentais para a qualidade ambiental das cidades, as áreas verdes assumem um papel de equilíbrio entre o espaço urbano e o meio ambiente. A importância de se conhecer essas áreas no ambiente urbano é e destacam pelas funções que elas desempenham na melhoria das condições ambientais e de vida da população. Inúmeros são os benefícios que esses espaços verdes proporcionam a sociedade que vão desde integração, lazer e recreação até redução da poluição, ciclagem de nutrientes (Ferreira et al., 2014). Jim e Shan (2013), ressaltam que a percepção dos frequentadores de um espaço pode influenciar diretamente sobre a utilização e consequentemente o planejamento e gestão dessas áreas verdes urbanas. Os autores observam ainda que a percepção que os moradores do entorno deste espaço possuem em relação às praças públicas está diretamente relacionada ao uso do local para prática de atividade física, bem como do contato da natureza, lazer e a convivência.

A implantação e manutenção de praças públicas arborizadas e de outras áreas verdes, como parques e jardins públicos é descrito como um meio para amenizar os impactos e os problemas ambientais urbanos (ESTRADA *et al.*, 2014).

A concepção de um programa de sustentabilidade urbana só é posta em prática através da recuperação de tudo aquilo que o urbanismo e a cidade negam. Pois sob o ponto de vista do progresso da modernidade advinda dos conceitos capitalistas, que nem sempre são viáveis ecologicamente, tecnologicamente e tão pouco eticamente moral. O urbano então tido como um

símbolo da civilidade foca como objetivo a sustentabilidade das cidades. Pois ao se imaginar uma cidade com um ecossistema, é preciso e fundamental que se compreenda que ela não é finalizada dentro da própria cidade, pois todo o seu suporte é retirado do seu entorno (SILVA e VARGAS, 2010).

Silva e Neto (2007) enfatizam que é fundamental que se pense nos espaços de forma diversificada, dinâmica, centralizada, complexa e arborizadas, que possam proporcionar aos indivíduos um espaço agradável para o encontro das pessoas, bem como a conscientização do cidadão como um agente ativo deste espaço e de todo o meio ambiente. Por intermédio de ações urbanísticas que reestruturem tanto o espaço como a consciência, de modo a minimizar todo esse processo de degradação ambiental, usando de fontes renováveis e recicláveis de recursos, energia e produção, resgatando a relação equilibrada entre homem e natureza.

Uma construção sustentável, precisa incluir em sua concepção e execução considerações energéticas e ambientais já no seu processo projetual, que busque a identificação da linguagem que a nova arquitetura deve assumir. A criação de uma arquitetura mais eficiente e coesa, tanto na construção propriamente dita, quanto na etapa de operação, a fim de se eleger como nova realidade, através da criação de espaços mais condizentes com as necessidades do ambiente em que se inserem e humanizados, objetivando acima de tudo o bem-estar de seus usuários, mesmo havendo a evidente necessidade de se verticalizar. Somente desta maneira, será possível tirar proveito dos avanços da tecnologia que está disponível no mercado, bem como, de soluções arquitetônicas que priorizem a eficiência da construção. (BARNABÉ; ALVAREZ e SOUZA, 2009).

3.5 ESTUDO DOS CONDICIONANTES

Segundo Fontoura (2007), dentro de um programa de projeto diversos são os condicionantes ambientais que os constituem, dos quais não se relacionam diretamente com os aspectos formais, funcionais, construtivos idealizados. Diante da questão ecológica contemporânea, é requerido uma própria definição do problema da arquitetura para uma ampliação de perspectiva para escalas que a da edificação ou ainda de seu entorno imediato e, mais importante ainda, para outros campos do conhecimento.

Dos condicionantes socioeconômicos de um projeto destaca-se: quem solicita o serviço, a quem serve o projeto, quem o realiza e como, aquele que irá construir e quanto isso envolverá em termos de custos sociais, econômicos e ambientais, que são questões de interesse da linha de pesquisa e constituem seu objeto. (VILELLA, 2007).

Na arquitetura a mudança fundamental no discurso e nas experiências de uma arquitetura sustentável, em detrimento da questão energética, nota-se uma nova abordagem de projeto, focada no problema da estreita relação entre o clima, a edificação e o consumo de energia como um dos condicionantes das soluções arquitetônicas (FONTOURA, 2007)

Segundo Lemos (2003), ressaltando que qualquer intervenção no meio ambiente que crie novos espaços, geralmente com determinada intenção plástica, com o objetivo de atender as necessidades imediatas ou ainda as expectativas programadas, que possam ser caracterizadas por aquilo que chamamos de partido. Descrito como uma consequência formal advinda de uma série de condicionantes ou determinantes que são resultados físicos da intervenção sugerida. Dentre os principais condicionadores do partido destacam-se:

- a) técnica construtiva: conforme os recursos locais disponíveis, tanto humanos, como materiais, incluindo aquela intenção plástica, muitas vezes, subordinada aos estilos arquitetônicos.
- b) o clima.
- c) Topografia: as condições físicas e topográficas do local em que será feito a intervenção.
- d) Programa das necessidades: relacionada a utilização, aos costumes populares ou conveniências do empreendedor.
- e) Condições financeiras: ligada ao quadro econômico do empreendedor dentro da sociedade.
- f) Normas ou Legislação regulamentadora diretamente ligadas as normas sociais e/ou ainda as regras da funcionalidade.

Mascaró (2008) ressalta que uma profunda leitura das condicionantes ambientais é prática essencial para que ocorra uma implantação de baixo impacto, que possa proporcionar subsídios para o planejamento eficiente dos espaços a fim de permitir também o máximo desempenho do projeto. No desenvolvimento do processo de projeto, primeiramente deve ser analisado a relação entre a integração da implantação ao contexto, são as condicionantes naturais, que possibilitam compreender a vocação do local, respeitando os seus limites e tirando vantagens sobre as suas potencialidades, tais como: encostas voltadas para o sol ou para a sombra; gargantas ou grupamentos rochosos; linhas de drenagem (cursos d'água); declives acentuados (lotes difíceis); visuais boas ou ruins; alturas, inclinações e acessos das elevações; áreas encharcadas, áreas suscetíveis à erosão; ventos frios e danosos; ventos quentes; ventos frescos de verão; ângulo do sol para verão e inverno; áreas sujeitas a enchentes, entre outras.

Ecker (2014) apresenta um check list das possíveis atividades e necessidades dos futuros usuários, a serem consideradas nos projetos é:

Tabela 1. Funções de utilização para os espaços.

Funcional	• Barreiras contra ruído; • Barreiras visuais nas divisas com lotes lindeiros; • Quebra-ventos, cercas vivas, bosques; • Circulações (fluxos) de pedestres, escadas e rampas para acessibilidade; • Entrada social, circulação de veículos e vagas de estacionamento;
Estar	• Espaços para o lazer ao ar livre, com recantos, estar e bancos; • Área para crianças, espaços de recreação (palyground); • Área de sombra, com mesas, cadeiras e toldos; • Quiosques, pérgolas, treliças;
Lazer e Recreação	• Espaço com infraestrutura para jogos, esportes, brincadeiras, refeições e convívio; • Churrasqueiras e quadras poliesportivas; • Estufas e viveiros de plantas; • Equipamentos meteorológicos, termômetro, relógio de sol, cata-ventos, birutas;
Complementação	• Elementos com água (ornamentação): charafizes, bebedouros, fonte, cascatas, lagos; • Jardins floridos (contemplação), vasos, floreiras; • Local abrigado dos ventos, destinado à contemplação e ao descanso; • Área de silêncio.

Fonte: Ecker (2014).

No entanto deve-se atentar para a qualidade espacial, pois este é considerado um fator decisivo na implementação da sustentabilidade aos projetos. Jacobs (2003) ressalta que a qualidade dos espaços está diretamente vinculada à livre acessibilidade, sendo consequência deste conceito o sucesso que está diretamente relacionado à sua diversidade de configurações espaciais e de atividades que abriga, consequentemente, estes irão estimular diferentes usuários em distintos horários (crianças, jovens, adultos, idosos).

Tabela 2 – Princípios e recomendações para qualidade espacial

Princípios	Recomendações
Coerência	• Garantir clara organização espacial e fácil leitura dos espaços, considerando que espaços residuais, em geral, não serão utilizados. • Evitar espaços residuais nas zonas de ocupação. • Priorizar a ocupação a partir de ambientes em conjunto, não isolados. • Dar um uso para cada espaço aberto. • Utilizar elementos construídos e vegetação para configurar recantos. • Unificar elementos e texturas na pavimentação, na vegetação e nos elementos construídos.
Complexidade	Considerar variações na paisagem, garantindo complexidade visual e perspectivas variadas. No entanto, observar que pouca complexidade gera espaços monótonos e a excessiva complexidade gera espaços caóticos.
Legibilidade	Incluir ao projeto caminhos e metas (para indicar elementos em destaque que auxiliem a orientação no espaço) e marcos na paisagem (para indicar elementos especiais que demarquem a singularidade de um espaço).
Visibilidade	Garantir segurança e integração visual entre os ambientes, através da delimitação espacial (espaços problemáticos localizam-se em locais onde ninguém frequenta).
Centralidade	Reservar um lugar reconhecido como sendo o centro (localizado em um cruzamento principal ou um local de destaque).

Composição	Planejar a diversidade de configurações, a diversidade de atividades e a articulação entre os elementos paisagísticos (mobiliário, infraestrutura, vegetação).
------------	--

Fonte: Ching (1999).

3.6 ESTUDO DE CONDICIONANTES: Topografia

Os legados deixados pelos egípcios, os gregos, os árabes e os romanos, foram muito além de instrumentos e processos, mesmo que primitivos foram eficientes para desenvolver a escrita e serviram para descrever, delimitar e avaliar propriedades rurais. Laussedat em seu livro “História da Topografia” menciona as plantas e cartas militares e geográficas organizadas no início dos trabalhos da Topografia (DINIZ, 2002).

As cidades tiveram início a partir da adaptação do traçado urbano às características naturais dos terrenos acidentados, que desencadeou um outro fator na formação das cidades: o descompasso entre o uso do traçado racional sob uma topografia irregular (CALDEIRA, 2007).

Diniz (2002) ressalta que a Topografia nos últimos séculos teve uma orientação analítica que passou pelo empirismo às bases de uma autêntica ciência em razão do desenvolvimento notável que tiveram a matemática e a física. Com o aperfeiçoamento tecnológico da mecânica de precisão e da ótica foram possíveis então serem introduzidos nos instrumentos topográficos o que contribuiu de maneira eficiente para o crescente progresso da precisão dos trabalhos topográficos, com o desenvolvimento das fotogrametrias terrestres e aéreas, esta última dominando atualmente a maioria dos grandes levantamentos topográficos. Dentre os equipamentos topográficos de última geração, se destaca como o mais utilizado a Estação Total, permitindo que todos os dados coletados no campo sejam gravados e depois descarregados no computador em que serão processados os dados.

A utilização da Estação total na topografia permite não somente buscar e trazer os dados de campo, bem como gravar os dados que serão utilizados no campo, ou seja, para realizar a locação de uma área ou implantação de pontos, as coordenadas são gravadas na Estação Total para serem materializadas no campo. O uso deste equipamento evita que inúmeros erros aconteçam e também de agilidade no serviço. Indispensável para a Topografia o aparelho de G.P.S. (Global Position Systems), pois ele permite amarrar a área na coordenadas oficiais, possibilitando um mapeamento de grandes áreas com total precisão e em espaço de tempo razoavelmente curto (PASQUALINI *et al.*, 2009).

Segundo Malta (2004), na elaboração do Planejamento de cidades, que muitas vezes estão degradadas pela vastidão de problemas ambientais decorrentes de práticas abusivas tem colocado arquitetos, geógrafos, geólogos, entre outros profissionais relacionados, frente a

grandes desafios metodológicos e práticos. Na execução de tal planejamento é importante ressaltar que devesse considerar os atributos físicos do local (localização, topografia, declividade, tipo de solo, cobertura vegetal, clima, entre outros) e também os atributos populacionais (densidade populacional, classe social). Diante da complexidade dos processos sociais ao se considerar esses fatores pois suas particularidades específicas podem definir a natureza e as consequências dos problemas e impactos ambientais em áreas urbanas.

No levantamento topográfico, por considerar a representação de pequenas áreas da superfície, este irá trabalhar com projeções planas, desconsiderando a sua esfericidade. Diferente do que ocorre na Cartografia, Geografia, Geodésia e Astronomia, por sua vez, trabalham a representação da Terra em sua totalidade ou grandes superfícies e considerando sempre a sua forma conforme a precisão desejada. Com a finalidade de representar graficamente o contorno existente, as dimensões, e a posição relativa de uma pequena parte da superfície terrestre, a Topografia, fornece também a sua área e a sua posição altimétrica. Nomina-se então esta representação, fiel e expressiva em projeção horizontal, do terreno estudado de planta topográfica. (DINIZ, 2002),

Pasqualini et al. (2009) ressalta que o levantamento topográfico irá proporcionar uma ampla e real visão do terreno. Pois através da verificação da real geometria e altimetria do terreno irá permitir que o engenheiro e arquiteto tenham segurança para realizar um estudo de massa, este bem apurado, irá considerar além dos dados citados anteriormente, todos os elementos existentes no local, tais como: meio fios, arruamentos internos, alinhamentos de muros e cercas, marcos demarcatórios, árvores, caixas de drenagem, postes, ralos, edificações existentes, edificações confrontantes, indicação do sentido do trânsito, existência de rios ou córregos próximos ao terreno, pontos cotados, curvas de nível, taludes, rochas, etc.

A Topografia durante a fase de execução da obra, irá servir de instrumento técnico para evitar e detectar possíveis erros na a demarcação dos limites do terreno, locação de nivelamento dos furos de sondagem, demarcação do esquadro da obra, locação de estacas, locação de pilares, nivelamento do terreno, acompanhamento das prumadas dos pilares, nivelamento dos pisos e lajes, marcações das áreas de lazer e jardim, etc (PASQUALINI *et al.*, 2009).

3.7 ESTUDO DE CONDICIONANTES: Insolação – Ventilação

Pedreira e Araújo (2007) ressaltam a importância de todo espaço de uma cidade ser objeto de uma intervenção, de um projeto, de um desenho, pois as cidades são carentes de áreas livres, desenhadas, tratadas e distribuídas adequadamente de modo a serem acessíveis à

população como um todo. É fundamental que os espaços livres de edificação possuam uma qualificação de utilização e consequentemente de necessidades físicas para tal uso, bem como iluminação, acesso, ventilação adequada, formas e volumes adequados, todas essas características devem ser descritas com especificações detalhadas e tão cuidadosas como a que se dedica ao interior dos espaços cobertos. Salientando-se então que a arquitetura dos espaços livres públicos é tão importante quanto a dos espaços edificados.

Segundo descreve Cunha (2010), a envoltória, enquanto elemento filtrante das variáveis climáticas, exerce uma forte influência sobre o desempenho termo energético da edificação. É considerado complexo o processo de projetar elementos de sombreamento, de uso da iluminação natural com baixo ganho térmico e de aproveitamento da ventilação natural. Pois este deve incluir além das questões estéticas, deve-se incluir as culturais e orçamentárias torna-o ainda mais trabalhoso. O projetista será influenciado pela própria natureza do processo projetual, que o induz a priorizar alguns itens em detrimento dos demais.

Muito além do interesse da adaptação ao clima, a arquitetura busca por recursos de projeto que desempenhem de forma ambiental e sustentável para algumas obras como os quebra-sóis que era vinculado à influência corbusiana e às consequentes intenções estéticas, pois estudos sobre o desempenho ambiental de algumas das obras demonstram, inclusive, que, em muitos casos, elementos como quebra-sóis, clarabóias e aberturas para a ventilação natural no momento da sua projeção não tiveram intenção de promover o conforto ambiental, e sim por preocupações formais (RUSSO, 2004).

Conforme ressaltam Lamberts *et al.* (2004), é considerada uma edificação energeticamente mais eficiente que outra quando esta proporciona as mesmas condições ambientais de conforto ao seu usuário, obtendo o menor consumo de energia. Chung *et al.* (2006) observam que a eficiência energética consiste na capacidade de transformar a menor quantidade de energia possível para a geração da máxima quantidade de trabalho possível.

Ashrae (2003) observam que a ação do vento pode causar variação de pressão nas superfícies das edificações e alterando então a entrada e saída de ar pelas aberturas, ocasionando com que ocorra a ventilação natural e infiltração de ar. As formas das edificações estão intimamente ligadas a geração de padrões de fluxo de ar muito complexos, a determinação da influência das condições de fluxo de ar ao redor das edificações são necessários testes em túneis de vento, escoamento em fluxo de água em maquetes ou testes em modelos reais.

O projeto arquitetônico é influencia diretamente a ventilação natural, pois o tipo de sistema construtivo irá ter grande influência sobre a infiltração de ar, que em algumas épocas do ano podem levar fluxos de ar maiores do que o necessário, provocando o desconforto térmico

devido ao frio. Esta condicionante deve ser levantada através da identificação dos ventos predominantes da região, bem como o estudo do projeto em relação ao seu entorno, são fatores importantes a serem considerados nos projetos. (MATOS, 2007)

Cunha (2010) ressalta que a orientação do edifício, e consequentemente das aberturas, que é uma decisão típica das primeiras fases de projeto, possui grande influência sobre o desempenho da ventilação. Uma escolha errada quanto a orientação feita de forma equivocada dificilmente poderá ser corrigida nas etapas posteriores. Desta maneira, o projetista deve estar bem fundamentado através das análises do comportamento do vento para então decidir pela orientação mais adequada.

3.8 ESTUDO DE CONDICIONANTES: Entorno Imediato

Na observação sobre a orientação a atenção vai muito além do terreno, em que deve considerar a topografia, a altura das edificações do entorno e a canalização do vento pelas vias (TAN, 2005).

Corbella e Yannas (2003 p. 17) observa que o conforto ambiental retomou sua importância para o projeto de arquitetura, tanto no mundo acadêmico bem como na prática, como é ressaltado:

“A Arquitetura sustentável é a continuidade mais natural da Bioclimática, considerando também a integração do edifício à totalidade do meio ambiente, de forma a torná-lo parte de um conjunto maior. É a arquitetura que quer criar prédios objetivando o aumento da qualidade de vida do ser humano no ambiente construído e no seu entorno, integrando as características da vida e do clima locais, consumindo a menor quantidade de energia compatível com o conforto ambiental, para legar um mundo menos poluído para as próximas gerações.”

Segundo Souza *et al.* (2003) dentre as principais etapas de um projeto é indicado que devem ser consideradas para a inclusão dos aspectos relativos à uma edificação como a seleção do local, a integração e verificação do impacto no entorno urbano; implantação da edificação; escolha da forma da edificação e sua relação com as edificações adjacentes; a distribuição dos espaços internos da edificação; a escolha da forma dos espaços internos; a busca por soluções construtivas; escolha dos materiais; detalhes construtivos que sejam eficientes para a edificação.

Atualmente a dominância de uma arquitetura com características discriminadas, tem se constituído como um tecido urbano fragmentado muitas vezes pouco coeso, em que os espaços urbanos não funcionais e/ou edificações que demonstram barreiras físicas à visibilidade e

micro-mobilidade, e gerando assim inadequações das condições físicas do entorno, constituindo uma problemática (LAMEGO, 2013).

Cardoso e Reis (2016) ao analisar o recorte do conjunto arquitetônico da Praça dos Girassóis e seu entorno imediato, com o critério temporal de análise dos edifícios institucionais da primeira década após a fundação da cidade. Os autores observaram que, a praça projetada no fim do século XX, mostra que os edifícios ao seu entorno possuem um forte diálogo com o modernismo. No entorno imediato do conjunto da Praça dos Girassóis, notou-se que os edifícios demonstram uma forte identidade, a começar pelo partido arquitetônico, e ao se considerar os materiais e técnicas construtivas que foram utilizados. Os autores observaram que os demais edifícios, mesmo apresentando uma linguagem arquitetônica diversificada, eles demonstram fortes resquícios da influência do movimento moderno brasileiro.

4. CORRELATOS

Neste capítulo são apresentados os correlatos que serviram de fundamentação para desenvolvimento da proposta de Intervenção para a Praça do Vovô no município de Palotina/PR. Estes correlatos seguem como embasamento para a parte funcional e estética e de novos materiais e soluções, que tenham o objetivo de proteger as áreas verdes e priorizem o espaço para práticas esportivas e de lazer para todas as idades.

Conforme relata sobre a importância das praças Robba e Macedo (2003) diz que “Praças são espaços livres públicos urbanos que são destinados ao lazer e ao convívio da população, e são acessíveis aos cidadãos e livres dos veículos”. Os autores ressaltam que a evidente falta de infraestrutura e a crescente degradação, o abandono e a negligência, não apenas pelo poder público, como também da própria sociedade, que deixou do hábito de utiliza-las por conta dos problemas como degradação física e social, violência etc., que limitam o uso pelos cidadãos, que muitas vezes, prefere ficar “a salvo” dentro de casa e dos shoppings, cercado por muros.

4.1 PRAÇA GOVERNADOR CELSO RAMOS – Florianópolis/SC

A Praça Governador Celso Ramos na cidade de Florianópolis – SC, localiza-se na Avenida Jornalista Rubens Arruda Ramos, número 850, no bairro Agrônômica, com área de 15.803m². O local antes da revitalização possuía algumas árvores, bancos e um campo de futebol, que era a principal área de lazer e ponto de encontro dos moradores da região, mais especificamente, dos moradores do entorno, apresentado na figura 1 (CORREA, 2015).

Segundo Castro (2010), um bom exemplo de projeto de intervenção feita em uma praça existente e maltratada foi a realizada na Praça Celso Ramos, em Florianópolis, SC. O autor ressalta que o maior desafio do projeto foi o de modificar o espaço, sem deixar de preservar a estrutura já existente, reorganizando o espaço e mantendo as árvores adultas existentes e respeitando o espaço contemplativo que a praça já possuía. Valorizou-se o espaço através da elaboração de projeto que implantou canteiros de herbáceas forrageiras com desenho orgânicos, que gerou um movimento visual a praça. A modificação da iluminação foi toda refeita de forma a agradar os seus visitantes, deixando para trás o ar inseguro gerado por sombras e ambientes mal iluminados que antes existiam na praça. Os equipamentos urbanos foram modificados e adaptados à nova realidade da praça, o que incluiu novos postes e luminárias diversas, equipamentos de ginástica, bancos de madeira, criando um ambiente de acolhimento e dando vida ao ambiente como apresentados nas figuras 2 e 3.



Figura 1 - Praça Governador Celso Ramos na cidade de Florianópolis - SC antes da revitalização.
Fonte: Corrêa (2015).



Figura 2 - Vista da Praça Governador Celso Ramos após revitalização
Fonte: (CORRÊA, 2015)



Figura 3 - Vista da área de Playground infantil e Academia da Praça Governador Celso Ramos após revitalização
Fonte: (CORRÊA, 2015)

4.2 PRAÇA TIRADENTES – Curitiba/PR

Conforme Vieira (2010), as ruas, largos, praças e parques da cidade de Curitiba/PR são exemplos de como uma cidade possui espaços públicos que de alguma forma são testemunhas da sua história. Locais como: Praça Osório, o Largo da Ordem, a Rua XV e a Praça Tiradentes, tiveram sua importância para o desenvolvimento histórico, político, econômico e social da cidade de Curitiba, nestes locais diversos acontecimentos aconteceram se registraram, como manifestações populares (fundação de Curitiba, guerra do pente, diretas já, entre outros). A ligação destes locais com a memória da cidade está relacionado e presente no planejamento de Curitiba que prevê a preservação de espaços que possuem relevância histórica.

A Praça Tiradentes está localizada no ponto que é reconhecido como marco zero da colonização da cidade de Curitiba, com uma área de 9.206 m² e está inserida no centro do Curitiba, mais precisamente entre a Rua XV de Novembro e o Setor Histórico da cidade, conhecido como Largo da Ordem. Sendo uma das praças mais antigas do município, foi inaugurada em 5 de junho de 1880. A localização geográfica desta praça, somada à importância do comércio local e da Catedral, fez do Largo da Matriz, e posteriormente Praça Tiradentes, o principal espaço utilizado em cerimônias, festividades e manifestações populares (ROSANELLI et al., 2016).

Nas figuras 4, 5 e 6 são apresentadas as imagens da Praça Tiradentes na cidade de Curitiba – Pr.



Figura 4 -Painéis de vidro que mostram os vestígios da antiga calçada colonial no centro da Praça Tiradentes

Fonte: Prefeitura de Curitiba Disponível em: <

<http://www.curitiba.pr.gov.br/conhecendocuritiba/pracatiradentes>> Acesso em: 13/mai.2017.

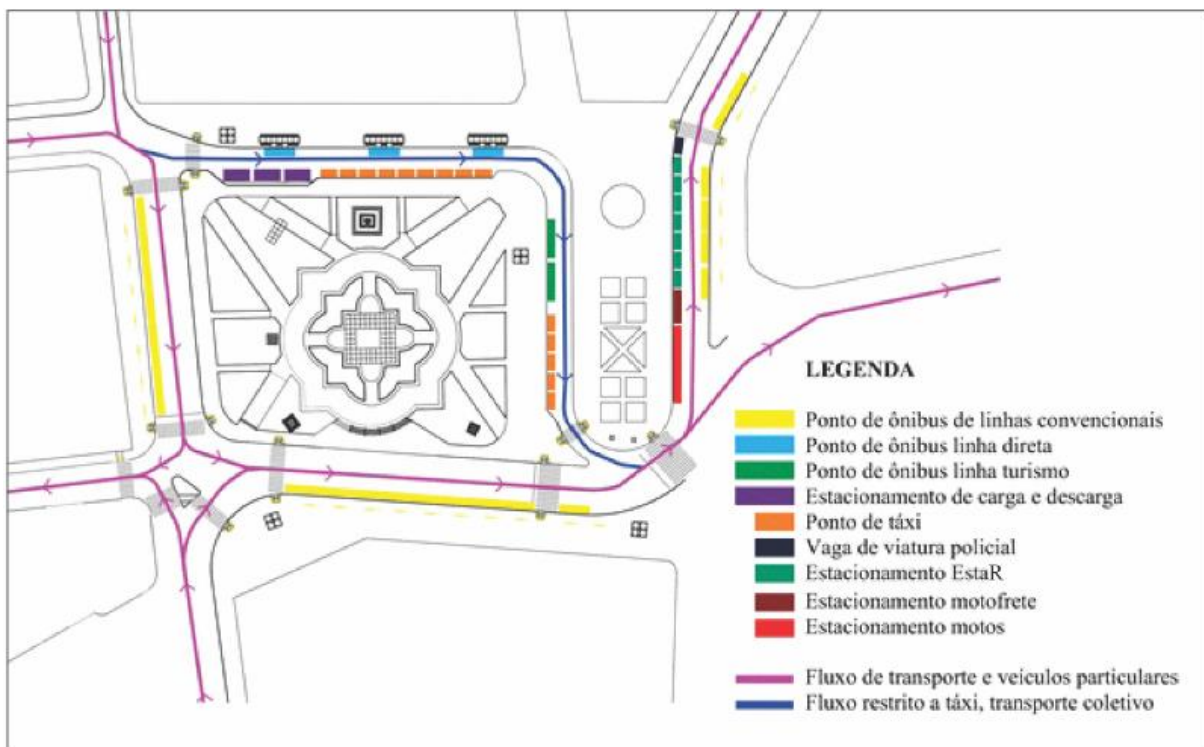


Figura 5 Circulação de veículos nas vias perimetrais à Praça Tiradentes, em Curitiba, Paraná

Fonte: ROSANELLI et al. (2016)



Figura 6 - Vista frontal da Praça Tiradentes na Cidade de Curitiba/PR
Fonte: ROSANELLI et al. (2016)

4.2 Central Park – Nova York/USA.

Dos parques existentes no mundo sem dúvidas um dos mais célebre deles é certamente o Central Park, localizado em Manhattan, que conta com uma área de 840,01 acres (aprox. 3,4 km²), que recebe mais de 25 milhões de visitantes/turistas por ano do mundo todo. A Megalópole Nova York, se comparada com outras grandes cidades americanas, é uma das que possuem menos terras com área verde por habitante, esta situação tende a piorar com o crescimento previsto da população e se nenhuma providência fosse tomada.

Zanata e Dias (2013) ressaltam que o Central Park se destaca como uma notável revitalização urbana. O parque foi criado e inaugurado em 1859 por ricos mercadores e proprietários de terra, instalado em um terreno irregular e pantanoso, passou por profunda transformação, pois o objetivo era transformar a área numa paisagem pastoral e bucólica. Com um trabalho de drenagem e remodelagem da topografia que durou cerca de três anos. Atualmente o parque é utilizado pelas mais diversas classes sociais e é o cartão postal da cidade de Nova York.

A figura 7 representa uma projeção de como a cidade de Nova York pode vir a ampliar o acesso às áreas verdes em 2030 se esse compromisso estabelecido pelo PlaNYC for efetivamente cumprido, a figura 8 mostra a vista aérea do Central Park.

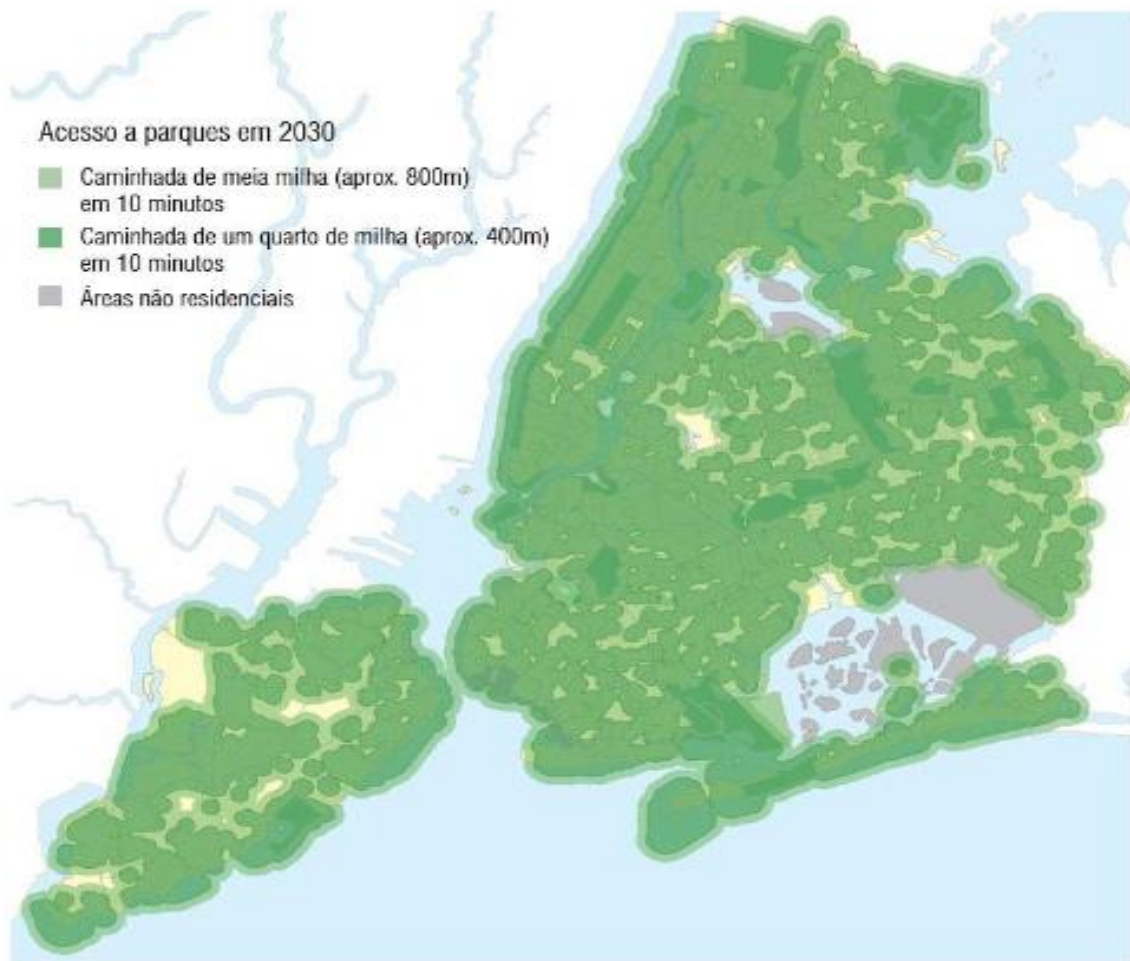


Figura 7 – Simulação de acesso ao Central Park em Nova York, previsão para 2030.
Fonte: Central Park Website



Figura 8 - Vista aérea do Central Park em Nova York
Fonte: Central Park Website

5 DIRETRIZES PROJETUAIS

Com o estudo todo o estudo teórico e das referências citadas em capítulos anteriores, e os correlatos das obras de grandes mestres da intervenção e paisagismo, este projeto começa a tomar forma.

Neste capítulo se encontra as diversas informações sobre o breve resgate histórico do município, a praça e o seu entorno, até o plano de necessidades básico, para que a intervenção possa ser concluída, sem alterar o sentido e a importação do local para cidade.

5.1 DADOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE PALOTINA

Segundo o IBGE (2017) através da Marcha para o Oeste em 1940, os primeiros migrantes em Palotina, que na época era então Município de Guaíra chegaram a região, com uma população de 10 habitantes aproximadamente. O nome do município teve origem do nome por conta de uma homenagem aos padres palotinos, que tiveram presença marcante na história do município, desde a derrubada das primeiras árvores. Os padres foram testemunhas do desbravamento, dos inúmeros conflitos e do desenvolvimento do município e agentes vivos na implementação da religiosidade que caracteriza o seu povo. Os primeiros habitantes de Palotina oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ressaltaram que não foram fáceis os primeiros tempos, como observa o pioneiro Santo Galante e sua esposa Égide Galante, oriundos de Concórdia, Santa Catarina, em 1955, ao padre Pedro Reginato, durante a coleta de dados para a elaboração do livro "História de Palotina", em 1979.

A criação do município de Palotina foi feita em 25 de julho de 1960 através da Lei Estadual nº 4.245, por meio do desmembramento das cidades de Guaíra e Toledo. Com o desenvolvimento do município de forma rápida o aumento da população se deu da mesma forma, e com o incremento demográfico, ocorreu também aumento nas áreas plantadas. Com o alto rendimento obtido nas lavouras justificava de certa forma o entusiasmo dos primeiros moradores, aumentando o clima de pioneirismo que caracterizou a região (PIERUCCINI, TSCHÁ, IWAKE, 2005).

Localizado no oeste do Estado do Paraná, o município de Palotina, com as coordenadas geográficas 24° 12' latitude sul e 53° 50' 30 longitude oeste no meridiano de Greenwich, com área de 651 km² e 28.683 habitantes em 2010. Aproximadamente 14 km² da área total do município são de área urbana, e o restante, algo entorno de 635 km², são explorados pela

agropecuária (IBGE, 2017). Dados do IPARDES (2016) fazem a projeção do município para a densidade populacional que está estimada em 33. 738 habitantes para 2030.

As delimitações territoriais de Palotina são apresentadas na figura 9.

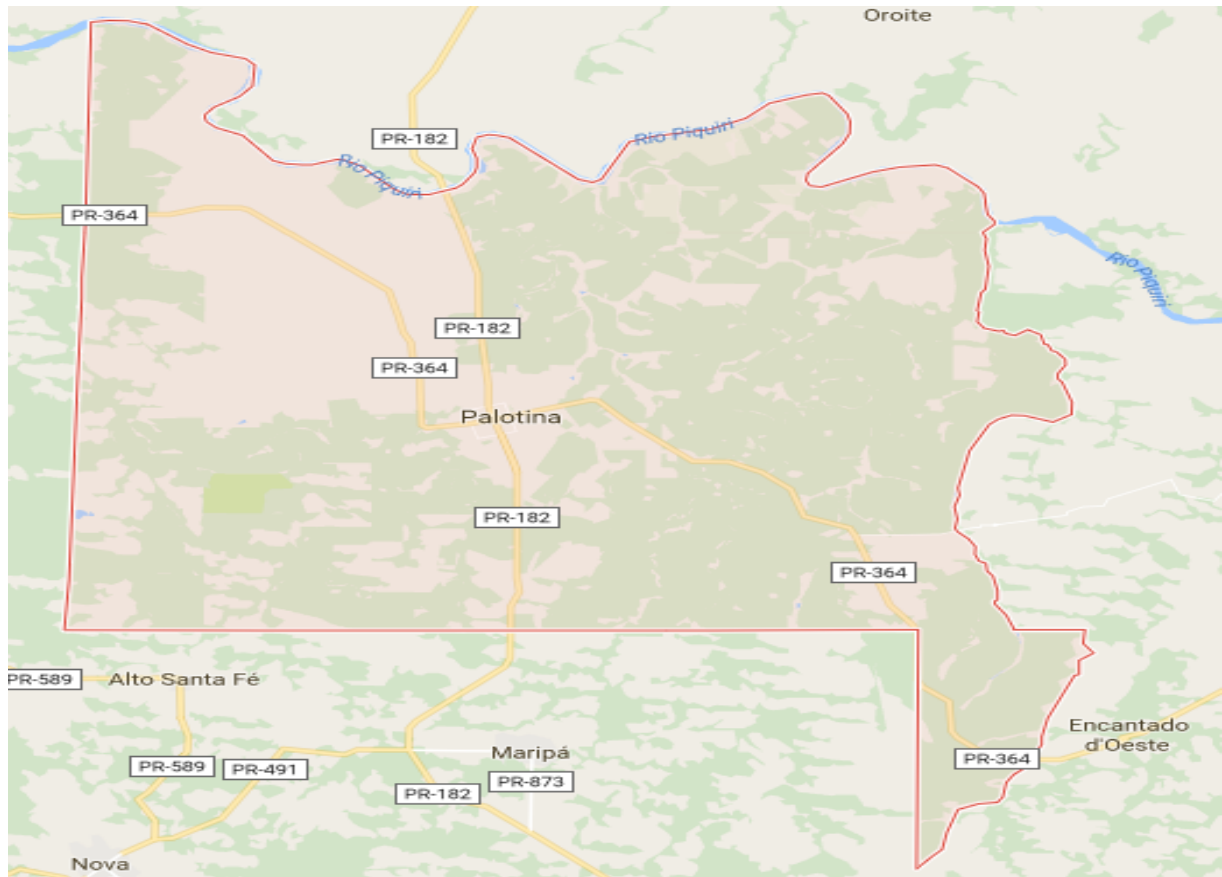


Figura 9 – Delimitação territorial da cidade de Palotina – PR.

Fonte: Google MAPS. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/place/Palotina+-+PR/@-24.2932834,-53.9550202,11z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94f36de5b5882fb5:0x6f1c4038be1f7306!8m2!3d-24.2808439!4d-53.8671868?hl=pt-BR> > Acesso em: 23/mai.2017.

5.2 LOCALIZAÇÃO

A área escolhida para a intervenção é a Praça 15 de Novembro, popularmente conhecida como Praça do Vovô na cidade de Palotina - PR, a praça está localizada nas seguintes coordenadas 24°16'56.6"S 53°50'36.8"W, situada na Rua 15 de Novembro, passando pela lateral das ruas 25 de dezembro e Rua Duque de Caxias, e fazendo fundos com a Rua Dom Pedro I, a praça está inserida em área com três escolas no seu entorno, distante duas quadras da Avenida Independência que possui uma área total de 10.000 m² e é área institucional decretada de utilidade pública para implantação de parque infantil, área de descanso, apresentada Figura 10.

Para a delimitação do recorte espacial da área de entorno da praça, optou-se por adotar um raio de 250m do centro da Praça, distância passível de ser percorrida a pé para a realização

das medições. Nesta etapa, serão produzidos mapas de topografia, utilização do solo, altura das edificações, áreas verdes e tipo de recobrimento do solo, baseados nos procedimentos utilizados por Katzschner (1997) e utilizados na análise qualitativa da área em estudo. Serão utilizadas imagens de satélites, produzidas pela Prefeitura Municipal de Palotina, observações e levantamentos in loco.

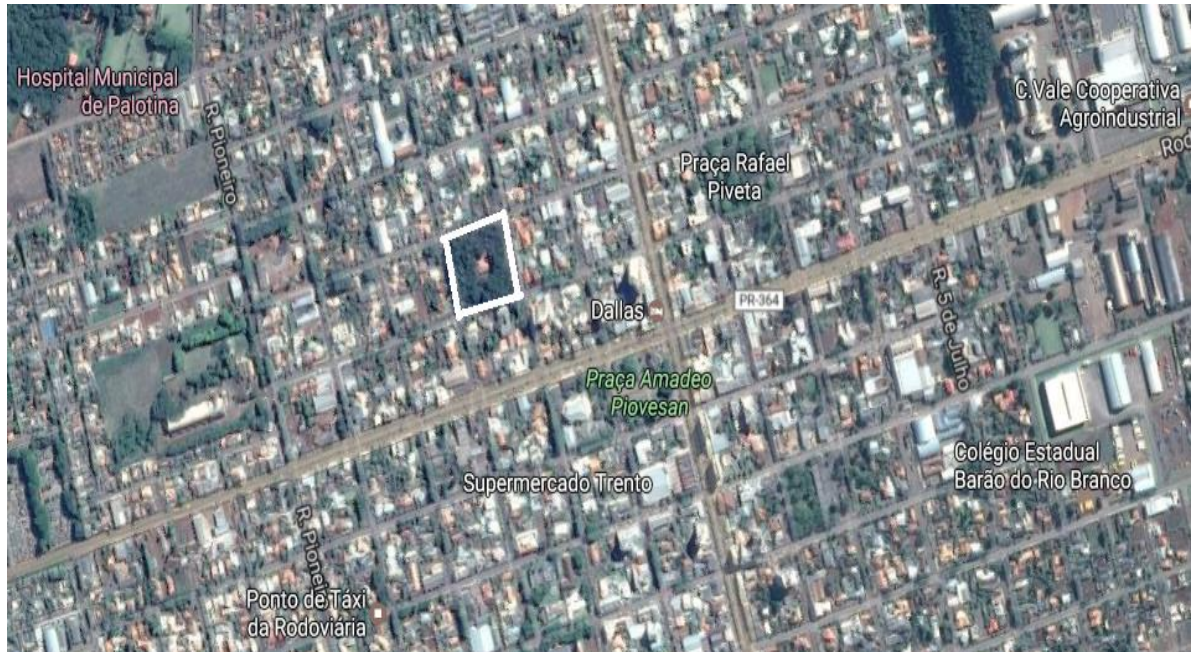


Figura 10 - Localização Espacial da Praça 15 de Novembro "Praça do Vovô" na cidade de Palotina - PR
Fonte: Google Maps (2017)

Na Figura 11 é apresentada a orientação solar e a direção dos ventos na Praça do Vovô.



Figura 11 – Mapa de orientação solar e ventos predominantes da Praça do Vovô
Fonte: Prefeitura Municipal de Palotina modificado pelo autor em 20/05/2017

5.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES

A proposta deste projeto pretende proporcionar espaços amplos, que combinem qualidade na estrutura de atendimento ao usuário, que constituem papel importante na identificação do local e reconhecimento, permitindo que este espaço seja harmonioso e de maneira convidativa e natural para a população, utilizando:

- a) Aparelhos de ginástica para a terceira idade
- b) Piso de Paginação - Paver;
- c) Pergolados;
- d) Espaços verdes: Gramado para descanso, prática de piqueniques
- e) Chafariz;
- f) Equipamentos urbanos(bancos, lixeiras ecológicas, mesas fixas).
- g) Playground infantil com acessibilidade;
- h) Espaço para leitura e descanso
- i) Sanitário;
- j) Bicicletário;

O fluxo de pedestres da região é médio, já que é uma área residencial bem próxima ao centro da cidade. Com a revitalização, pretende-se implantar equipamentos necessários para incentivar a utilização da praça para caminhadas no seu entorno e consequentemente aumentar o fluxo de pedestre da região, o que possibilita também que as vias de acesso ao parque estejam preparadas para receber esses pedestres.

5.4 DESCRITIVO DA SITUAÇÃO ATUAL

A praça 15 de Novembro – Praça do Vovô tornou-se uma referência simbólica, em função de sua localização privilegiada dentro do traçado urbano e pela disposição e das edificações e órgãos públicos que estão ao seu entorno.

A praça em está apta a receber um bom estudo e um novo projeto para poder atender toda a necessidade da população. Através de visita e levantamento fotográfico, para se compreender as reais necessidades da população que a utiliza, pode-se perceber que a praça não possui equipamento urbano, como bancos, lixeiras, iluminação, a arborização está disposta de forma irregular, suas calçadas no entorno são desniveladas o que não permite o acesso de

pessoas com necessidades especiais a praça, dentre outras características como mostra as figuras 12, 13, 14, 15, 16 e 17.



Figura 12 - Vista da área de caminhada da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô
Fonte: Autor (2017).



Figura 13 - Vista interna da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô
Fonte: Autor (2017)



Figura 14 - Vista interna da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô
Fonte: Autor (2017)



Figura 15 - Vista lateral da calçada da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô
Fonte: Autor (2017)



Figura 16 - Vista da aproximação da calçada com a Rua XV de Novembro da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô
Fonte: Autor (2017).



Figura 17 - Vista da aproximação da calçada com a Rua XV de Novembro da Praça 15 de novembro/ Praça do Vovô
Fonte: Autor (2007)

6 CONSIDERAÇÕES

Diante da elaboração deste trabalho a partir de pesquisas bibliográficas, observou-se que nos resultados teóricos pelos quais foi possível aprofundar o conhecimento das áreas da arquitetura, tais como: história, metodologia de projeto e paisagismo, planejamento urbano e as tecnologias da construção. Ressaltando a importância de uma sequência cronológica, que vai desde o esboço inicial ao projeto final, buscando sempre à teoria para fundamentar a prática. O embasamento teórico proporcionado por meio desta pesquisa realizada, que teve como foco principal o desenvolvimento adequado para o anteprojeto, o embasamento e a correlação da teoria com a prática buscando as melhores soluções possíveis, através das utilizações de técnicas e materiais de construção de qualidade e adequados para o tipo de obra, tanto para o bem-estar do indivíduo, quanto para o meio ambiente e no desenvolvimento do projeto.

As infinitas possibilidades da arquitetura, são decorrentes dos constantes avanços sociais e tecnológicos que a arquitetura demonstra, principalmente no que se refere a constante busca por qualidade de vida. Em um mundo globalizado e de mudanças rápidas e constantes, cada vez menos as pessoas dispõem de tempo de socializar, de usufruir de momentos de lazer, tanto sozinhos quanto em família, através desse projeto, busca-se proporcionar novas possibilidades e gerar uma oportunidade de bem estar na vida das pessoas, através dos recursos disponíveis da arquitetura que permita vida em comunidade, interação, divertimento, descontração e outras tantas oportunidades que possam beneficiar qualidade de vida e bem-estar social.

Para que seja elaborado um projeto de qualidade, que atentam todas as necessidades do homem, é necessário um conhecimento amplo das fases e dos pilares da arquitetura, e que esse conhecimento seja aplicado da melhor forma possível e além de todo esse conhecimento é necessário o projeto estar adequado com as leis, de todos os sentidos, como por exemplo a taxa de ocupação que uma obra pode ocupar, ou quanto de espaço é necessário para um banheiro acessível, entre outras leis que servem para deixar o projeto de acordo com as normas, pronto para ser executado dando vida a uma nova obra

7 REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K; ALMEIDA, M. A. P; BARREIROS, M. A. F. **Urbanismo: História e Desenvolvimento**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. 1995. 47f. Disponível em: < <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/urbanismo-historiaedesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 28 de março de 2017.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004

ARAKI, F. A. Redesenvolvimento urbano, uma proposta para a requalificação de antigas áreas industriais na Mooca e no Ipiranga. **USJT - Arq.Urb** - número 3/ primeiro semestre de 2010. Disponível em: < http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/13arqurb3-felipe.pdf> Acesso em: 13mai2017.

ASHRAE. **ASHRAE Handbook – Fundamentals**. Atlanta, 2003. Cap.16

BARNABÉ, A. C. A; ALVAREZ, C. E; SOUZA, A. D. S. Verticalização Eficiente: proposta de uma edificação verticalizada para a cidade de Vitória (ES) alicerçada nos conceitos da sustentabilidade em arquitetura. **Anais ELECS – V Encontro Nacional e III Encontro Latino-Americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis**. Recife. Outubro – 2009. Disponível em: < http://lpp.ufes.br/sites/lpp.ufes.br/files/field/anexo/2009_artigo_201.PDF> Acesso em: 21/mai./2017.

BELTRAME, E. S. **Meio Ambiente na Construção Civil**. 2013. Disponível em: <http://www.eduardo.floripa.com.br/download/Artigo_meio_ambiente.pdf>. Acesso em: 27 março 2017.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BONDARUK, R. L. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba: Edição do autor, 2007.

BRASIL - Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana. **Construindo uma cidade acessível. Brasil acessível**: programa brasileiro de acessibilidade urbana. Caderno 2. Brasília: Ministério das Cidades; 2005.

CAIADO, A. R. Contribuição ao Estudo da Rotulagem Ambiental dos Materiais de Construção Civil. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo/USP. 2014.

CALDEIRA, J. M. A Praça Brasileira: Trajetória de um Espaço Urbano: Origem e Modernidade. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2007. 432f. Disponível em: < https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf> Acesso em: 22/mai./2017.

CARDOSO, M. G. P; REIS, P. O. B. **ARQUITETURA EM PALMAS – TO: Considerações sobre uma modernidade extemporânea**. **Anais I SAMA – Seminário de arquitetura moderna na**

Amazônia. Fevereiro de 2016. Disponível em: <
http://arquiteturamodernanaamazonia.weebly.com/uploads/7/0/0/2/70024539/artigo_sama__patria_palmas.pdf> Acesso em 13/mai./2017.

CASTELNOU, A. M.N. Arquitetura e sustentabilidade na sociedade de risco. **Terra e cultura**, ano XIX, v.42, n. 37, 2006. Disponível em: <
http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/37/Terra%20e%20Cultura_37-12.pdf> Acesso em: 18/mai/2017.

CHING, F. D. K. **Arquitetura: Forma, Espaço e Ordem**. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A, 1999.

CHOAY, F. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2013.

CHUNG, W.; HUI, Y. V.; MIU LAM, Y. Benchmarking the energy efficiency of commercial buildings. **Applied Energy**, v. 83, n. 1, p. 1-14, 2006.

CORBELLA, O; YANNAS, S. **Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos: conforto ambiental**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CORREIA, D. F. **Espaço Urbano, Bens Públicos E Cooperação: Um Estudo De Caso Da Revitalização De Praças Em Florianópolis Pela Empresa Woa Empreendimentos Imobiliários**. Tese. UFSC. Florianópolis – SC. 2014. 48f. Disponível em: <
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128106/Monografia%20do%20Diego%20Fernando%20Correia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 21/mai.2017.

COSTA, R. G. S; COLESANTI, M. M. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, 22. 2011. Disponível em: <
<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21774/14173>> Acesso em: 21/mai./2017.

CUNHA, L. J. B. F. **Análise de Métodos Para Aplicação de Ventilação Natural em Projetos de Edificações em Natal-RN**. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – 2010. 140f. Disponível em: <
https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12348/1/LeonardoJBFC_DISSERT.pdf> Acesso em: 13/mai./2017.

DELATORRE, V; TORRESCASANA, Carlos Eduardo Nunes. **Integração entre arquitetura e estrutura: um estudo para as disciplinas de projeto arquitetônico**. 2010. Disponível em: <
<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/1506.pdf>> Acesso em: 28 de março de 2017.

DIAS, S. I. S. **Sistema de planejamento para implementação e monitoramento de planos diretores em municípios brasileiros**. 2009. Tese (Doutorado em Gestão das Organizações) - Programa de Pós - Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92811/271494.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 27 de março de 2017.

DIAS, Daniella S. **Desenvolvimento Urbano**. Curitiba: Juruá, 2002.

DINIZ, M. A. V. *Análise Do Relevo Para Otimização Do Uso E Ocupação Do Terreno Utilizando SIG*. Tese Pós-Graduação. UFMG. Belo Horizonte, 2002. 29 f. Disponível em: <<http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/maria%20angela%20vilaca.PDF>> Acesso em: 22/mai./2017.

ECKER, V. D. Princípios e recomendações de projeto para a qualidade espacial de praças, sob a ótica da Sustentabilidade. **Anais** III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014. Disponível em: < http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/POSTER/SC-AS-015_ECKER.pdf> Acesso em: 21/mai./2017.

ESTRADA, M. A; CORIOLANO, R. E; SANTOS, N. T; CAIXEIRO, L. R; VARGAS, A. B; ALMEIDA, F. S. Influência de áreas verdes urbanas sobre a mirmecofauna. **Floresta e Ambiente**, 21(2), 162-169. (2014).

FERREIRA, M. L.; SILVA, J. L.; PEREIRA, E. E; LAMANO-FERREIRA, A. P.N. Litterfall Production and Decomposition in a Fragment of Secondary Atlantic Forest of São Paulo, SP, Southeastern Brazil. **Revista Árvore**, v.38, n.4. 2014.

FERNANDES, J.C. **Urbanismo e envelhecimento** - algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. *Rev Caminhos da Geografia* 2000;1(2):31-49.

FONTOURA, R. O. **A arquitetura na encruzilhada da sustentabilidade: considerações à literatura e a experiências existentes**. Tese de Mestrado. Universidade de Brasília – DF. 2007. 215f. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/cp030303.pdf>> Acesso em: 21/mai./2017.

GATTI, S. **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto**. Coordenação do Programa Soluções para Cidades – São Paulo, ABCP, 2013. 91 p. Disponível em: < <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>> Acesso em: 28/mar.2017.

GOITIA, F.C. *A Breve história do urbanismo*. Lisboa, Editorial Presença, 1992.

GUIMARÃES, C. P; CUNHA, R. D. A. Paisagem Recuperada – o Projeto de Qualificação da Praça Nossa Senhora da Luz. Salvador – BA. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 23 - São Paulo - p. 90 - 100 – 2007.

GURGEL, M. **Projetando espaços**. 4º ed. São Paulo: Senac, 2005

HAGEMANN, S. E. **Materiais de Construção básicos**. 2011. Disponível em: <http://tics.ifsul.edu.br/matriz/conteudo/disciplinas/_pdf/apostila_mcb.pdf> Acesso em: 27 de março de 2017.

HEIDRICH, F. E.; DOMINGUEZ, E. R. Análise Contextualizada do Partido Arquitetônico de Projetos Acadêmicos. In: GRAPHICA'13 XXI Simpósio Nacional de Geometria e Desenho Técnico X Internacional Conference on Graphics Engineering for Arts and Design. 3-5 Nov. 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013. 10p.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Cidade: Palotina – PR.** 2017. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=411790>> Acesso em: 28 de março de 2017.

IPARDES-INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Projeção da População Total dos Municípios do Paraná Para o Período 2016-2030 - Alguns Resultados.** 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/projecao_populacao_Parana_2016_2030_set.pdf> Acesso em: 09/mai./2017.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JIM, C. Y; SHAN, X. Socioeconomic effect on perception of urban green spaces in Guangzhou, China. **Cities**, 31, 123 – 131p. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/257097163_Socioeconomic_effect_on_perception_of_urban_green_spaces_in_Guangzhou_China> Acesso em: 21/mai./2017.

KATZSCHNER, L. Urban Climate studies as tools for urban planning and architecture. Salvador – BA. 1997. **Anais...** In Cd Room Coletânea de Anais dos Encontros Nacionais sobre conforto no Ambiente Construído. Natal: ANTAC, 2009.

KENCHIAN, A. **Qualidade Funcional no Programa e Projeto da Habitação.** Universidade de São Paulo – USP. Tese de Doutorado. São Paulo – SP. 2011. 541f.

KLIASS, R. G. **Desenhando paisagens, moldando uma profissão.** São Paulo – SP, Editora Senac, 2006.

LACAZE, J. P. Os métodos do Urbanismo. Campinas, SP: Papirus, 1993.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Lisboa – PT. Fundação Calouste Gulbenkian / JNCT, 1993

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R. **Eficiência Energética na Arquitetura.** 2ª edição. São Paulo: ProLivros, 2004.

LAMEGO, M. Q. **O EDIFÍCIO COMO ARTICULADOR MORFOFUNCIONAL DO ENTORNO URBANO: O bairro Enseada do Suá (Vitória - ES).** Tese de Mestrado. UFES. Vitória- ES. 2013. 138f. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6918_Marcos%20Queiroz%20Lamego.pdf> Acesso em: 23/mai.2017.

LASSANCE, G.; FILHO, A. C. T. Transições entre os planos conceitual e material da concepção arquitetônica em Louis I. Kahn. **Arquitetura Revista - Unisinos**, v. 4, n.1, p. 33–48, jan/jun 2008.

LEMO, C. A. C. **O que é arquitetura.** São Paulo: Brasiliense, 2003

LEMO, C. A. C. **Arquitetura brasileira .** São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1979.

LERNER, J. **Acupuntura urbana**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MACIEL, C. A. **Arquitetura, projeto e conceito**. Vitruvius. ArquiteXtos 043.10, ano 4, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteXtos/04.043/633>>. Acesso em: 28/março/2017.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

MAHFUZ, E. da C. Banalidade ou correção: dois modos de ensinar arquitetura e suas consequências. **ArquiteXtos**, São Paulo, 14.159, Vitruvius, ago. 2013 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteXtos/14.159/4857>>. Acesso em: 8 MAI. 2017.

MALARD, M. L. **Forma, Arquitetura**. (2003). Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/eva/art010.pdf>> Acesso em: 27/03/2016.

MALTA, F. J. N. C; VIEIRA, I. M. Sensoriamento Remoto na Formação do Arquiteto e Urbanista: Novos Problemas, Novos Caminhos. **Anais 4ª Jornada de Educação em Sensoriamento Remoto no Âmbito do Mercosul** – agosto de 2004 – São Leopoldo, RS, Brasil. Disponível em: < http://www.inpe.br/unidades/cep/atividadescep/jornada/programa/t-10_trab_41.pdf> Acesso em: 21/mai./2017

MARCONI, M. A; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, M. F; CÂNDIDO, G. A. Análise da Sustentabilidade Urbana no contexto das Cidades: proposição de critérios e indicadores. **Anais XXXVII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro – set. /2013. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_GCT2482.pdf

MASCARÓ, J. L. **Infraestrutura da paisagem**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008.

MATOS, M. **Simulação Computacional do Desempenho Térmico de Residências em Florianópolis Utilizando a Ventilação Natural**. 2007. 108f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: < http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31745796/MestradoMicheleMatos.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1495555537&Signature=gQqsajECAbGLYj96u2VUHQtgRf0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DSIMULACAO_COMPUTACIONAL_DO_DESEMPENHO_TE.pdf> Acesso em: 13/mai./2017.

MEIRELES, H. L. **Direito Municipal brasileiro**, 2007. Maceió – AL, Ed. Catavento. 930p.

MENDONÇA, F. **Sistema Socioambiental Urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade**. In: MENDONÇA, Francisco. (Org.). Impactos Socioambientais Urbanos. Curitiba: Ed UFPR, 2004. p. 185-207.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

NEVES, L. P. **Adoção do Partido na Arquitetura**. 3ª edição. Salvador: Editora da UFBA, 2011.

NOVAK, H. **Os outros nomes do urbanismo: planejamento, projeto e desenhos urbanos**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, nº 14, p.127-146, 2009.

OLIVEIRA, L. P. **Planejamento urbano: ausência de concretização dos instrumentos urbanísticos e a busca pelo estado de bem-estar social**. 2016. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj6pLPV6-TLAhXLHZAKHRShD7kQFghPMak&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.uniformg.edu.br%3A21011%2Fperiodicos%2Findex.php%2Fcursodireitouniformg%2Farticle%2Fdownload%2F35%2F63&usg=AFQjCNEVlrgGV9MOKFqpA7PYTcu0JBgzfQ&sig2=9KDlfyAGeto5sqSw3slACA&bvm=bv.117868183,d.Y2I> > acesso em 27 de março de 2017.

OLIVEIRA, R. C. Tomando partido, dando partida: estratégias da invenção arquitetônica. In: CANEZ, A. P.; SILVA, C. A. DA (Ed.). **Composição, partido e programa: uma revisão crítica de conceitos em mutação**. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2010. p.15–31.

_____. . Construção, composição, proposição: o projeto como campo de investigação epistemológica. In: IV PROJETAR - Projeto como Investigação: ensino, pesquisa e prática, Outubro 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FAU-UPM, 2009. p. 1-22.

PASQUALINI, A; ALEXANDRINI, F; PEGORARO, J. M; CEZERINO, V. C. Elaboração e Concepção de um Projeto de Condomínio Fechado. **Anais SEGET**. 2009. Disponível em: <http://www.economia.aedb.br/seget/artigos09/151_Condomio_Fechado.pdf> Acesso em: 22/mai./2017.

PENIDO, A. R. **A Ética e a Arquitetura Templária Grega**.: A Organização do Sentido de Permanência Transposto aos Hábitos e Costumes, a Construção da Ética e sua Transposição à Arquitetura Templária Grega. Tese de Mestrado. 220 f. Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 1998. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MMMD-ABUFVW/disserta_o_andr_penido.pdf?sequence=1> Acesso em: 26 de março de 2017.

PIERUCCINI, M. A.; TSCHÁ, O. C. P.; IWAKE, S. **Criação dos municípios e processos emancipatórios**. In: PERIS, Alfredo F. (Org.). Estratégia de desenvolvimento regional: região Oeste do Paraná. Cascavel: UNIOESTE, 2005. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/pmop/capitulos/Capitulo_03.pdf> Acesso em: 09/mai./2017.

PINTO, C. E. C. **O Planejamento urbano como foco para o desenvolvimento das cidades: Dos princípios e objetivos do Novo Plano Diretor da Cidade de Santos**. Revista Científica Intr@ Ciência. Ano 3, nº 3, p.12-85, Dez 2011. Disponível em: <http://www.faculadadedoguaruja.edu.br/revista/downloads/edicao32011/artigo2_PlanejUrban o.pdf> Acesso em: 27 de março de 2017.

PRADO, A.R.A. **A cidade e o idoso: um estudo da questão de acessibilidade nos bairros Jardim de Abril e Jardim do Lago no município de São Paulo** [dissertação de Mestrado]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica; 2003.

ROSANELI, A. F; FRÓES, A. C. S; FURLAN, D. L. S; GONÇALVES, F. T; SENER, S. Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça Tiradentes em Curitiba/PR. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), 2016 set./dez., 8(3), 359-374p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v8n3/2175-3369-urbe-2175-3369008003AO06.pdf>> Acesso em: 16/mai./2017.

RATTNER, H. Prefácio. In: ACSELRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

RIPPER, E. **Manual Prático de Materiais de Construção**. São Paulo, 1995.

ROCHA, C. S; SATTler, M. A. Aplicação de Padrões Sócio espaciais no Projeto de Geometria Espacial de Ruas e Praças e Suas Implicações na Sustentabilidade da Cidade de Alagoa Grande - PB. **Anais VI Encontro Nacional e IV Encontro Latino-americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis - Vitória – ES - BRASIL - setembro de 2011**. Disponível em: <http://www.elecs2013.ufpr.br/wp-content/uploads/anais/2011/2011_artigo_023.pdf> Acesso em: 21/mai./2017.

RUSSO, F. **Climatic responsive design in Brazilian Modern Architecture**. 2004. Dissertation (Master) - Martin Centre for Architectural and Urban Studies, University of Cambridge, Cambridge, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Hucitec 2ª edição, 1997

SILVA, W. G.; HIGUCHI, M. I. G.; FARIAS, M. S. M. Educação Ambiental na Formação Psicossocial dos Jovens. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 21, n. 4, 2015.

SILVA, C. F. R; VARGAS, M. A. M. Sustentabilidade urbana: raízes, conceitos e representações. **Revista Scientia Plena**, v.6 n. 3, 2010.

SILVA, G. J. A.; NETTO, L. R. G. Urbanismo e Sustentabilidade. **Os Urbanitas** (São Paulo), v. 04, p. 01-21, 2007. Disponível em: <<http://www.osurbanitas.org/osurbanitas5/Silva&Garcia%20Netto2007.html>> Acesso em: 21/mai./2017.

SILVA, E. **Uma Introdução ao Projeto Arquitetônico**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

SILVA, L. J. M. **Parques urbanos: a natureza na cidade - Uma análise da percepção dos atores urbanos**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. 2003. 114p.

SILVA PINTO, R. I. B. P. **A Praça na História da Cidade: O Caso da Praça da Sé - Suas faces durante o século XX (1933 / 1999)**. Tese de Mestrado. Universidade Federal da Bahia.

Faculdade de Arquitetura, 2003. 77f. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8820/1/DISSERTACAO%2520RENATA%2520PINTO%2520PARTE1%25201%2520SEG.pdf>> Acesso em: 28 de março de 2017.

SHEBALJ, V. L. C. C.; KRUGER, Joel. **Série de cadernos Técnicos: Acessibilidade**. Curitiba: CREA-PR, Disponível em: http://www.crea-pr.org.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=37:cadernos-tecnicos > acesso em 26 de março de 2017.

SPERANDIO, A. M. G. **Editorial**. Revista Intellectus. 2012; v. 22, p. 3–4.

TAN, G. **Study of Natural Ventilation Design by Integrating the Multizone Model with CFD Simulation**. 2005. 77 p. (Tese de Doutorado) - Department of Architecture, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 2005.

TAVARES, D.; LUCENA, A; LEITE, S. N. **Arquitetura é Comunicação**. Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa – PB. 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-0338-1.pdf>> Acesso em: 27 de março de 2017.

TOMASINI, S.L.V. Envelhecimento e planejamento do ambiente construído: em busca de um enfoque interdisciplinar. **Rev Bras Ciên Envelh Hum** 2005;2(1):76-88.

VASCONCELLOS, B. C. **A Construção de um Método para Avaliação do Ambiente Construído**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

VIEIRA, F. G. L. Espaços Públicos De Lazer No Centro De Curitiba: A Transformação Da Cidade Urbana Para Cidade Humana. Tese de Mestrado. UFPR. 2010. 148f. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24064/ESPACOS%20PUBLIC...;jsessionid=BF3D1B1A1DC13E84650D65395302DC12?sequence=1>> Acesso em: 20/mar./2017.

VIERO, V. C; BARBOSA-FILHO, L. C. **PRAÇAS PÚBLICAS: origem, conceitos e funções**. Ulbra Santa Maria. Jornada de Pesquisa e Extensão. 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT1511201011414.pdf>> Acesso em: 16/mar./2017.

VILELLA, D. S. **A Sustentabilidade na Formação Atual do Arquiteto e Urbanista**. Tese de Mestrado. UFGM. Belo Horizonte – MG. 2007. 145f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/RAAO-7BMPV2/disserta__o_dianna_villela.pdf?sequence=1> Acesso em: 21/mar./2017.

ZANATA, M.A; DIAS, C. S; Revitalização Urbana: Propostas Para A Problemática De Áreas Subutilizadas. **Revista Thêma et Scientia** – Vol. 2, no 2, jul/dez 2013 – Edição Especial de Arquitetura e Design. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/upload/arquivo/1378124460.pdf>> Acesso em: 13/mar./2017.